



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

**Educação Financeira no Brasil: percepções, práticas e
desafios para o uso eficiente da renda**

Um estudo quantitativo sobre o comportamento financeiro e o
impacto do conhecimento econômico na população brasileira

Luigi Leonardo Costa Pagnotta

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Graduação em Administração de Empresas**

Rio de Janeiro, dezembro de 2025



Luigi Leonardo Costa Pagnotta

**Educação Financeira no Brasil: percepções, práticas e
desafios para o uso eficiente da renda**

Um estudo quantitativo sobre o comportamento financeiro e o
impacto do conhecimento econômico na população brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de
graduação em Administração da PUC-Rio como requisito
parcial para a obtenção do título de bacharel em
Administração.

Orientador: André Cabús Klötzle

Rio de Janeiro
Dezembro de 2025

“Investir em conhecimento sempre rende os melhores juros.”
— Benjamin Franklin

Agradecimentos

A Deus, por me conceder sabedoria, saúde e força em cada passo desta caminhada, iluminando meu caminho mesmo nos momentos de incerteza.

Ao meu pai, Vincenzo Pagnotta, por todo o esforço e dedicação no trabalho, que me permitiram estudar em uma instituição renomada e seguir meus sonhos com dignidade.

À minha mãe, Denia Simões, por acreditar em mim incondicionalmente, oferecendo amor, apoio e incentivo em todos os momentos.

A todos os familiares, amigos e colegas, que das mais diferentes formas foram imprescindíveis para a minha formação.

Ao professor André Cabús Klötzle, pela orientação, paciência e contribuição essencial para o desenvolvimento do meu trabalho.

Muito obrigado!

Resumo

Pagnotta, Luigi. Educação Financeira no Brasil: percepções, práticas e desafios para o uso eficiente da renda. Um estudo quantitativo sobre o comportamento financeiro e o impacto do conhecimento econômico na população brasileira. Rio de Janeiro, 2025. 56p. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho analisa a importância da educação financeira para o comportamento econômico da população brasileira, avaliando como o conhecimento sobre finanças pessoais influencia hábitos de consumo, investimento e endividamento. Por meio de pesquisa quantitativa com 80 respondentes e análise de dados secundários de instituições como Banco Central, ANBIMA, FEBRABAN e Serasa, o estudo constatou que o nível de alfabetização financeira no Brasil ainda é baixo, mas apresenta avanços entre os grupos com maior escolaridade e renda. Os resultados demonstram que a falta de orientação financeira contribui para o endividamento e reduz a capacidade de poupança das famílias. Conclui-se que a educação financeira é um instrumento essencial para o desenvolvimento econômico e social, capaz de promover autonomia, reduzir vulnerabilidades e estimular o planejamento de longo prazo. O trabalho reforça a necessidade de políticas públicas e ações educacionais voltadas à formação financeira desde a escola, como caminho para um país mais sustentável e equilibrado financeiramente.

Palavras-chave:

Educação Financeira; Economia Comportamental; Produtos de Investimento; Endividamento; Planejamento de Longo Prazo.

Abstract

Pagnotta, Luigi. Financial Education in Brazil: perceptions, practices, and challenges for the efficient use of income. A quantitative study on financial behavior and the impact of economic knowledge among the Brazilian population. Rio de Janeiro, 2025. 56p. Undergraduate Thesis - Department of Business Administration. Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This study analyzes the importance of financial education for the economic behavior of Brazilian population, examining how personal finance knowledge influences consumption, investment and indebtedness habits. Through quantitative research involving 80 respondents and secondary data from institutions such as the Central Bank of Brazil, ANBIMA, FEBRABAN and Serasa, the study found that Brazil's level of financial literacy remains low, although progress has been observed among groups with higher education and income levels. The results indicate that the lack of financial guidance contributes to over-indebtedness and limits household savings capacity. It concludes that financial education is an essential tool for economic and social development, promoting autonomy, reducing vulnerability and encouraging long-term planning. The research reinforces the need for public policies and educational initiatives focused on financial learning from early schooling, as a path toward a more sustainable and financially balanced country.

Key-words:

Financial Education; Behavioral Economics; Investment Products; Indebtment; Long-term Planning.

Sumário

1 O tema e o problema de estudo	1
1.1. Introdução ao tema e ao problema do estudo e sua contextualização	1
1.2. Objetivos do estudo	Erro! Indicador não definido.
1.2.1. Objetivos intermediários e específicos do estudo	Erro! Indicador não definido.
1.3. Justificativa e relevância do estudo e sua problematização	Erro! Indicador não definido.
1.4. Delimitação e focalização do estudo	Erro! Indicador não definido.
2 Referencial teórico	Erro! Indicador não definido.
2.1. Educação Financeira: Conceitos e a Importância Econômica	Erro! Indicador não definido.
2.2. Por que o Brasileiro Tem Dificuldade em Usar o Dinheiro de Forma Responsável	Erro! Indicador não definido.
2.3. Comportamento Financeiro e Decisões Irracionais	Erro! Indicador não definido.
2.4. Caminhos para um uso mais eficiente da renda	Erro! Indicador não definido.
3 Métodos e procedimentos de coleta e de análise de dados do estudo	Erro! Indicador não definido.
3.1. Etapas de coleta de dados	Erro! Indicador não definido.
3.2. Fontes de informação selecionadas para coleta de dados no estudo	Erro! Indicador não definido.
3.3. Procedimentos e instrumentos de coleta de dados utilizados no estudo	Erro! Indicador não definido.
3.4. Formas de tratamento e análise dos dados coletados para o estudo	Erro! Indicador não definido.
3.5. Limitações do Estudo	20
4 Apresentação e análise dos resultados	1

4.1. Descrição da amostra / do perfil dos entrevistados	22
4.1.1. Nível de conhecimento financeiro e de planejamento pessoal	25
4.1.2. Hábitos de consumo e investimento	29
4.1.3. Percepção sobre o papel da educação financeira	32
4.2. Análise e triangulação dos resultados	35
4.2.1. Educação financeira e percepção de importância	35
4.2.2. Nível de conhecimento financeiro e planejamento pessoal	38
4.2.3. Poupança, investimento e previdência privada	39
4.2.4. Endividamento e comportamento de risco	43
5 Conclusões e recomendações para novos estudos	45
5.1. Sugestões e recomendações para novos estudos	46
6 Referências Bibliográficas	47
7 Apêndice – Questionário de pesquisa	52

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa da Inadimplência de Dívidas no Brasil	2
Figura 2: O tamanho do mercado de apostas no Brasil	13
Figura 3: Distribuição dos respondentes por faixa etária	22
Figura 4: Distribuição dos respondentes por faixa de renda mensal	23
Figura 5 Distribuição dos respondentes por nível de escolaridade	24
Figura 6: Distribuição dos respondentes por tipo de instituição de ensino	24
Figura 7: Participantes que já receberam algum tipo de orientação ou curso de educação financeira	25
Figura 8: Compreensão dos respondentes sobre o conceito de inflação	26
Figura 9: Entendimento dos respondentes sobre o conceito de juros compostos	26

Figura 10: Frequência de uso de aplicativos ou planilhas para controle financeiro	27
Figura 11: Destinação de parte da renda para planejamento de longo prazo	28
Figura 12: Respondentes que possuem ou pretendem aderir à previdência privada	28
Figura 13: Percentual da renda mensal destinada à poupança ou investimento	29
Figura 14: Proporção do valor poupado efetivamente investido	30
Figura 15: Principais produtos financeiros utilizados pelos respondentes	31
Figura 16: Situação de endividamento dos respondentes	31
Figura 17: O Utilização de reservas financeiras em apostas ou jogos de ganho rápido	32
Figura 18: Frequência de acompanhamento de conteúdos sobre finanças e economia	33
Figura 19: Relação entre investimento em educação financeira e desempenho econômico-social	34
Figura 20: Opinião dos respondentes sobre a inclusão da educação financeira nas escolas	34
Figura 21: Países com maior investimento por aluno	37

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Rentabilidade anual do CDI e da poupança (2014–2023)	41
---	----

1 O tema e o problema de estudo

1.1. Introdução ao tema e ao problema do estudo e sua contextualização

Nos últimos anos, o debate sobre educação financeira tem ganhado relevância no Brasil, impulsionado pela digitalização dos serviços bancários, pela popularização das fintechs e pelo maior acesso da população a instrumentos de investimento. Ainda assim, o país enfrenta um baixo nível de alfabetização financeira, o que compromete tanto o equilíbrio das finanças pessoais quanto o potencial de crescimento econômico de longo prazo.

Esse debate ganhou força especialmente após a pandemia da Covid-19, período em que o endividamento das famílias brasileiras se agravou em razão do aumento do custo de vida, da desaceleração da economia, dos juros elevados e da expansão do crédito fácil. Como destaca o InfoMoney (2025), o cenário pós-pandêmico acentuou a dependência do crédito rotativo e evidenciou a falta de preparo financeiro de grande parte da população, tornando ainda mais urgente a difusão da educação financeira como ferramenta de prevenção e equilíbrio econômico.

De acordo com a **figura 1**, adiante, que ilustra o mapa da inadimplência de dívidas no Brasil, a Serasa (2025) indica que mais de 78 milhões de consumidores estavam inadimplentes em agosto de 2025, o maior número já registrado. Além disso, o valor médio de dívida por pessoa era de R\$ 6.267,69, refletindo ainda mais o impacto do crédito fácil e a falta de controle financeiro.

Figura 1: Mapa da Inadimplência de Dívidas no Brasil

01 Inadimplentes no Brasil



FONTE: SERASA | AGOSTO 2025

EVOLUÇÃO EM COMPARAÇÃO COM O MÊS ANTERIOR.

Fonte: Serasa

Conforme relatório do Observatório Febraban feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), apenas cerca de 45% dos brasileiros compreendem conceitos básicos de finanças pessoais, como juros compostos, inflação e diversificação de investimentos, índice inferior à média global de 60%, segundo pesquisa feita internacionalmente pela OCDE em 2023. Essa lacuna se reflete diretamente na forma como a renda é utilizada. O SENAC (2025) aponta que quase 80% das famílias brasileiras possuem algum tipo de endividamento. Esses dados evidenciam que o desafio não está apenas no acesso ao crédito, mas principalmente na capacidade de planejar, controlar e aplicar os recursos de maneira eficiente.

A ausência de uma cultura de planejamento financeiro sólido faz com que boa parte da renda nacional seja utilizada de forma desorganizada, reduzindo a capacidade de poupança e investimento das famílias. Por outro lado, a disseminação da educação financeira pode aumentar a eficiência econômica individual e coletiva, favorecendo o uso racional do dinheiro, o controle de gastos e a valorização da poupança e dos investimentos produtivos. Quando a população entende melhor como administrar seus recursos, o consumo torna-se mais

planejado, o endividamento é reduzido, e há maior potencial de reinvestimento na economia real.

Esses efeitos criam um ciclo virtuoso: famílias financeiramente educadas tomam decisões mais conscientes, o que contribui para uma economia nacional mais estável e sustentável. Além disso, a OCDE (2024) reforça que países com políticas consistentes de educação financeira apresentam maior estabilidade fiscal e menor vulnerabilidade a crises econômicas.

Dessa forma, este trabalho busca responder à seguinte questão: **Como a educação financeira pode contribuir para a eficiência econômica e o desenvolvimento sustentável do Brasil, promovendo uma melhor gestão da renda e um uso mais racional dos recursos?**

Parte-se do pressuposto de que a educação financeira não é apenas uma ferramenta de crescimento pessoal, mas também um instrumento de política econômica, capaz de aumentar a produtividade, reduzir desigualdades e sustentar o desenvolvimento do país no longo prazo.

1.2. Objetivos do estudo

O presente estudo tem como objetivo geral analisar de que forma a educação financeira pode contribuir para o aumento da eficiência econômica no Brasil, estimulando um uso mais racional da renda, a redução de desperdícios financeiros e o fortalecimento de práticas de investimento e poupança que impulsionem o desenvolvimento sustentável do país.

Pressupõe-se como ponto de partida que, ao adquirir conhecimentos básicos sobre planejamento, crédito, consumo e investimento, os indivíduos tornam-se capazes de tomar decisões financeiras mais conscientes, reduzindo a vulnerabilidade econômica e gerando efeitos positivos tanto no âmbito pessoal quanto macroeconômico. Assim, a educação financeira é compreendida não apenas como um instrumento de bem-estar individual, mas como uma ferramenta de política pública capaz de fomentar crescimento econômico e inclusão social.

1.2.1. Objetivos intermediários e específicos do estudo

Para atingir o objetivo geral proposto, este estudo buscará:

1. Analisar como a educação financeira pode aprimorar a gestão individual da renda, promovendo maior controle, organização e planejamento financeiro pessoal.

Este objetivo busca compreender de que forma o conhecimento sobre orçamento, controle de gastos e equilíbrio entre consumo e poupança contribui para decisões mais conscientes, capazes de proporcionar estabilidade e segurança financeira no cotidiano.

2. Avaliar como o domínio de conceitos financeiros e de investimento influencia o comportamento econômico, à luz dos princípios da economia comportamental, incentivando escolhas mais racionais e sustentáveis.

Pretende-se examinar de que maneira o aprendizado sobre temas como juros compostos, rentabilidade real, risco e diversificação impacta a forma como o brasileiro utiliza seu dinheiro, reduzindo decisões baseadas em impulso ou emoção e fortalecendo uma cultura de investimento de longo prazo.

3. Investigar o papel da educação financeira como instrumento de transformação social e econômica, analisando seu potencial para reduzir o endividamento, ampliar a inclusão financeira e estimular o desenvolvimento sustentável do país.

O objetivo é demonstrar que a educação financeira vai além do benefício individual, podendo gerar efeitos estruturais positivos sobre a economia, ao formar cidadãos mais conscientes, produtivos e preparados para lidar com os desafios financeiros contemporâneos.

1.3. Justificativa e relevância do estudo e sua problematização

A escolha do tema justifica-se pela crescente necessidade de compreender como a educação financeira pode se tornar uma ferramenta efetiva de transformação social e econômica no Brasil. Em um cenário de instabilidade

econômica e de crescente oferta de crédito, a capacidade de planejar, poupar e investir de maneira consciente tornou-se essencial para o equilíbrio financeiro das famílias e para o fortalecimento da economia nacional.

De acordo com o Banco Mundial, a alfabetização financeira é um dos pilares da inclusão econômica e está diretamente associada à redução das desigualdades sociais. Países que investem em programas contínuos de educação financeira apresentam maior estabilidade de consumo e menores níveis de inadimplência. No entanto, o Brasil ainda ocupa posição inferior entre as nações da América Latina, segundo levantamento da Standard & Poor's Global FinLit Survey (2015), com apenas 28% da população demonstrando conhecimento financeiro considerado adequado. Embora esse dado seja de 2015, é o dado mais recente que contempla essa informação a nível mundial, sendo muito importante para a problemática do tema.

Sob o ponto de vista comportamental, a falta de educação financeira reforça padrões de curto prazo e de consumo impulsivo, agravados por fatores históricos e emocionais. A Fundação Getúlio Vargas destaca que boa parte dos brasileiros toma decisões financeiras sem planejamento, movidas por percepções imediatistas e pela dificuldade em avaliar riscos e retornos. Essa realidade demonstra que o problema não se limita à renda disponível, mas à forma como o dinheiro é compreendido, utilizado e percebido.

A relevância deste estudo também se manifesta na ausência de análises integradas que relacionem educação financeira, comportamento econômico e sustentabilidade da renda. A maior parte das pesquisas ainda foca em diagnósticos de endividamento, sem avançar na discussão sobre como o conhecimento e o comportamento financeiro podem ser trabalhados como soluções estruturantes. Assim, o presente trabalho busca contribuir para preencher essa lacuna, propondo uma reflexão prática sobre como a difusão da educação financeira pode fortalecer o planejamento individual, a eficiência econômica e a estabilidade social.

Por fim, o estudo se mostra oportuno porque dialoga diretamente com o contexto atual de mudança de mentalidade econômica no Brasil, impulsionado pela inserção de conteúdos financeiros em escolas, fazendo parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela expansão de plataformas digitais de investimento e crédito. Mais do que discutir teorias, o objetivo é demonstrar que a educação financeira deve ser tratada como política pública e como competência

social, capaz de preparar cidadãos mais conscientes, responsáveis e aparelhados para os desafios do consumo e da renda no século XXI.

1.4. Delimitação e focalização do estudo

Este estudo se propõe a investigar como a educação financeira pode contribuir para a eficiência econômica e o desenvolvimento sustentável do Brasil, analisando de que forma o conhecimento sobre finanças pessoais influencia a gestão da renda, a tomada de decisão e o comportamento econômico das famílias brasileiras.

O objeto de análise concentra-se na relação entre educação financeira, uso racional da renda e impactos macroeconômicos, buscando compreender como o aumento do conhecimento financeiro pode gerar efeitos positivos sobre o consumo planejado, a poupança e o investimento produtivo.

O recorte temporal definido abrange o período de 2022 a 2025, marcado por significativas transformações no sistema financeiro nacional, como a consolidação das fintechs, a ampliação do uso do Pix, o crescimento expressivo do crédito digital e o aumento recorde dos índices de endividamento e inadimplência. Esse intervalo reflete o contexto recente no qual a educação financeira se torna um tema central, não apenas como fator individual de proteção, mas também como mecanismo coletivo de estabilização e eficiência econômica.

O público-alvo do estudo comprehende a população brasileira em geral, com ênfase nas classes C, D e E, que representam a maior parcela da força de consumo e de crédito do país e são, ao mesmo tempo, as mais suscetíveis aos impactos da desorganização financeira. Embora a análise envolva todo o panorama nacional, a pesquisa procura destacar como a disseminação de práticas de educação financeira nessas camadas pode fortalecer o equilíbrio econômico familiar e gerar efeitos positivos sobre a economia como um todo.

O foco do trabalho é investigar os efeitos econômicos e estruturais da alfabetização financeira, especialmente na capacidade de gerar maior eficiência no uso da renda, redução de desperdícios e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Assim, o estudo busca demonstrar que educar financeiramente a população, tomando como base o **período entre 2022 e 2025**, não é apenas uma questão de conscientização individual, mas uma estratégia de impacto macroeconômico, capaz de aumentar a produtividade das famílias, fortalecer a poupança interna e fomentar o crescimento econômico do Brasil em bases mais sólidas e sustentáveis.

2 Referencial teórico

2.1. Educação Financeira: Conceitos e a Importância Econômica

A educação financeira pode ser compreendida como o processo de desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem ao indivíduo tomar decisões conscientes sobre o uso de seus recursos. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2024), a educação financeira envolve não apenas a compreensão de conceitos como orçamento, poupança, crédito e investimento, mas também a capacidade de aplicar esses conhecimentos na prática para promover estabilidade e bem-estar financeiro.

Sob a ótica educacional, Silva & Powell (2013; 2015) destacam que a educação financeira não deve ser entendida apenas como transmissão de conteúdo técnico. Para os autores, ela constitui um instrumento de formação cidadã, capaz de desenvolver análise crítica, julgamento e tomada de decisão responsável. Em sua perspectiva, a educação financeira é também uma ferramenta de desenvolvimento social, pois contribui para reduzir vulnerabilidades, ampliar a autonomia individual e fortalecer a participação consciente dos cidadãos na economia.

No âmbito econômico, a educação financeira atua como um instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável. Ao capacitar as pessoas a administrarem melhor sua renda, evitar o endividamento excessivo e planejar o futuro, cria-se uma base mais sólida para o crescimento macroeconômico estável. O Banco Central do Brasil (2024) reforça que níveis mais altos de alfabetização financeira reduzem riscos de inadimplência, elevam a capacidade de poupança e fortalecem a oferta de capital para investimentos produtivos, gerando impactos positivos na eficiência econômica do país.

Apesar de sua relevância, o cenário brasileiro ainda revela desafios significativos. Pesquisas da ANBIMA (2024) mostram que apenas uma parcela reduzida da população planeja seus gastos mensais ou comprehende produtos

financeiros básicos, como CDBs, LCIs ou títulos públicos. Essa baixa maturidade financeira compromete o uso eficiente da renda e limita a capacidade de planejamento de grande parte dos brasileiros.

Assim, compreender a educação financeira significa reconhecer seu papel como pilar de eficiência econômica e desenvolvimento social. Quando indivíduos conseguem gerir seu dinheiro de forma mais estratégica, há redução de desperdícios, melhor alocação de recursos e maior estabilidade no consumo, fatores que beneficiam tanto as famílias quanto a economia nacional.

Portanto, a educação financeira deve ser vista não apenas como conteúdo educacional, mas como um vetor de desenvolvimento do país, capaz de promover estabilidade, cidadania e uma sociedade mais consciente sobre o valor do dinheiro e os impactos de suas escolhas financeiras.

2.2. Por que o Brasileiro Tem Dificuldade em Usar o Dinheiro de Forma Responsável

A dificuldade dos brasileiros em administrar o dinheiro de maneira eficiente resulta da combinação de fatores históricos, culturais, educacionais e econômicos que moldam os hábitos financeiros da população. Um dos elementos centrais é o legado do período de hiperinflação vivido entre as décadas de 1980 e 1990, quando a inflação ultrapassou 1.000% ao ano. Esse cenário consolidou uma cultura de consumo imediato, na qual gastar rapidamente era uma forma de preservar o poder de compra. Mesmo após a estabilização trazida pelo Plano Real, esse comportamento permaneceu enraizado na mentalidade financeira nacional.

A ausência de educação financeira na formação básica é outro fator estruturante. Segundo a FUNPRESP-JUD (2023), apenas 16% dos brasileiros receberam algum tipo de orientação financeira na escola ou na universidade. Essa lacuna educacional resulta em baixo entendimento sobre juros, orçamento, crédito e investimentos, o que leva muitos indivíduos a recorrer a práticas arriscadas, como utilizar o limite do cartão de crédito como renda disponível ou contratar empréstimos caros para despesas do dia a dia.

Aspectos socioeconômicos também exercem influência determinante. De acordo com o IBGE (2025), cerca de um terço da população vive com um salário mínimo, o que restringe a capacidade de poupança e planejamento financeiro. Assim, mesmo quem comprehende a importância de organizar suas finanças muitas vezes não possui margem suficiente para aplicar esse conhecimento. Esse quadro é reforçado por diagnósticos nacionais que apontam para uma baixa maturidade financeira: pesquisas da ANBIMA (2024) e da OECD (2023) indicam que grande parte dos brasileiros não domina conceitos básicos de finanças pessoais, o que compromete o uso responsável da renda.

Por fim, o acesso facilitado ao crédito tem intensificado o endividamento. Dados da Serasa (2025) mostram que 78,5% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida e aproximadamente 30% estão inadimplentes, o maior nível já registrado. A Febraban (2024) também destaca que o crédito se tornou mais acessível e digital, mas nem sempre acompanhado de orientação adequada, o que aumenta a probabilidade de decisões impulsivas e de subestimação do custo real das dívidas.

Dessa forma, a dificuldade em usar o dinheiro de maneira responsável não deriva apenas da falta de conhecimento, mas de um conjunto complexo de fatores estruturais, culturais e educacionais que limitam a capacidade de planejamento e reforçam padrões de consumo pouco eficientes.

2.3. Comportamento Financeiro e Decisões Irracionais

O comportamento financeiro é um campo de estudo que busca compreender como as pessoas tomam decisões relacionadas ao uso do dinheiro, muitas vezes contrariando princípios econômicos tradicionais de racionalidade. A Economia Comportamental, desenvolvida por autores como Daniel Kahneman e Amos Tversky (1979), demonstra que os indivíduos tendem a agir de forma emocional e impulsiva diante de riscos e recompensas. Em suas pesquisas, os autores propuseram a Teoria da Perspectiva (Prospect Theory), segundo a qual as pessoas superestimam ganhos improváveis e subestimam perdas prováveis, o que explica fenômenos como o consumo por impulso, o endividamento e a atração por promessas de retorno rápido, que são características recorrentes no comportamento financeiro brasileiro.

De acordo com Thaler e Sunstein (2021), o conceito de “nudge” (empurrão) argumenta que pequenas alterações no ambiente de decisão podem direcionar escolhas mais racionais. Em termos financeiros, isso significa que educar, informar e criar mecanismos de incentivo, como alertas de gastos, metas de poupança e simulações de crédito, podem auxiliar o indivíduo a agir de forma mais consciente e planejada.

No Brasil, entretanto, o contexto econômico e cultural potencializa os vieses irracionais. A Serasa (2025) aponta que mais de 57 milhões de brasileiros estão endividados e nem sabem exatamente quanto devem, revelando um cenário preocupante de desorganização financeira e falta de controle sobre o orçamento pessoal. Essa falta de clareza sobre o valor total das dívidas reforça o baixo nível de educação financeira no país e demonstra como a ausência de planejamento impacta diretamente o bem-estar econômico das famílias. O quadro é agravado por fatores emocionais e comportamentais, como o prazer imediato proporcionado pelo consumo, a influência das redes sociais e o incentivo constante ao crédito fácil, que estimulam decisões impulsivas e pouco sustentáveis.

Outro ponto relevante é o papel da educação financeira como redutora desses vieses cognitivos. De acordo com Lusardi e Mitchell (2022), indivíduos com maior alfabetização financeira tendem a planejar melhor o uso da renda, pouparam com mais frequência e demonstram menor propensão ao endividamento. Essa conclusão é reforçada por um estudo do Banco Mundial (Global Findex, que traz dados sobre inclusão financeira), que revela que países com programas contínuos de educação financeira apresentam menor vulnerabilidade a crises de crédito e maior taxa de poupança doméstica.

Dessa forma, compreender o comportamento financeiro é essencial para entender por que a educação financeira é uma ferramenta tão poderosa. Ao reduzir vieses emocionais e ampliar o conhecimento sobre decisões econômicas, ela contribui não apenas para o equilíbrio individual, mas também para a eficiência e a estabilidade do sistema econômico como um todo.

2.4. Caminhos para um uso mais eficiente da renda

O uso eficiente da renda está diretamente ligado à capacidade de planejar, poupar e investir de maneira consciente. No Brasil, essa competência ainda é limitada, mas vem ganhando espaço à medida que a educação financeira se consolida como tema essencial tanto no ambiente escolar quanto no cotidiano das famílias.

O primeiro passo para o uso eficiente da renda é o planejamento financeiro. Elaborar um orçamento mensal, distinguir despesas fixas e variáveis e registrar gastos são práticas simples que permitem visualizar o fluxo de dinheiro e tomar decisões mais conscientes.

Outro caminho é a educação sobre crédito e juros, uma das maiores fragilidades do consumidor brasileiro. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2024) ressalta que o desconhecimento sobre taxas de juros e custo efetivo total (CET) leva muitas pessoas a contratarem crédito de forma precipitada, sem avaliar as consequências no longo prazo. A adoção de programas de conscientização, como a Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF) do Banco Central e as ações de inclusão financeira promovidas por fintechs, tem contribuído para reduzir esse problema, embora ainda haja longo percurso até atingir toda a população.

No campo dos investimentos, há um vasto potencial para substituir hábitos pouco rentáveis por alternativas mais vantajosas e seguras. Tradicionalmente, o brasileiro mantém grande parte de suas economias na poupança, que apresenta baixo retorno real, muitas vezes inferior à inflação. O Raio X do Investidor (Anbima, 2024) mostra que a maior parte dos investidores ainda utiliza a poupança, enquanto uma menor parcela aplica em produtos como Tesouro Direto, CDBs ou LCIs/LCAs. Essa preferência reflete não apenas conservadorismo, mas também falta de informação e medo de perder dinheiro.

A disseminação do conhecimento sobre instrumentos simples, como o Tesouro Direto, que oferece segurança e liquidez; os CDBs, com cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC); e as LCIs e LCAs, que possuem isenção fiscal, é fundamental para ampliar o acesso da população a investimentos mais eficientes. Além disso, a diversificação de aplicações e o entendimento sobre rendimento real são práticas que fortalecem a saúde financeira das famílias e,

simultaneamente, aumentam a poupança interna, gerando recursos para o financiamento produtivo e estimulando o crescimento econômico.

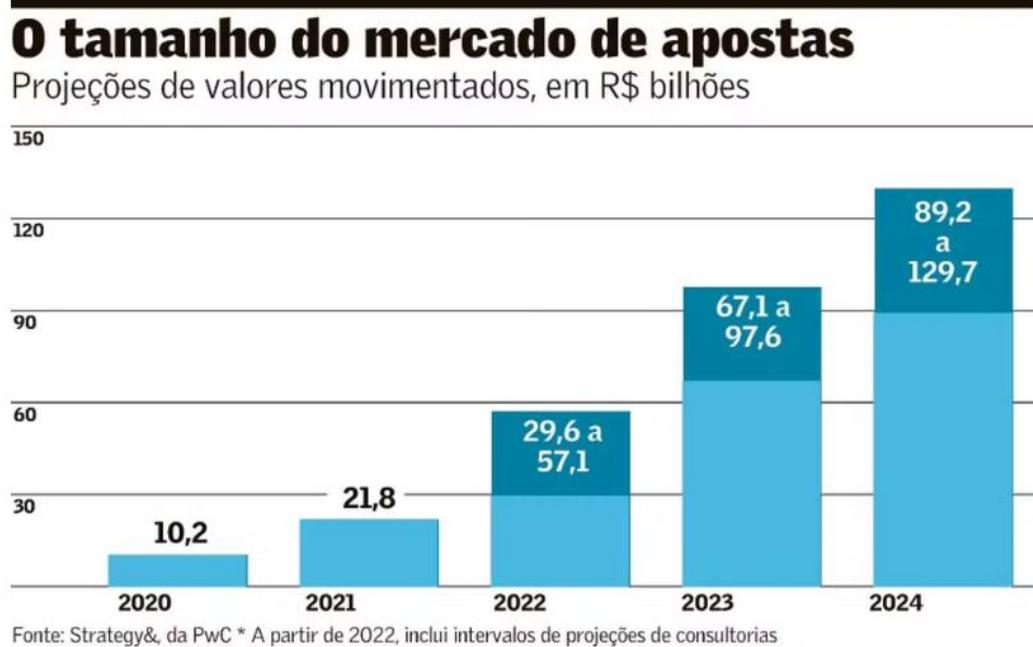
Nesse contexto, Silva & Powell (2013; 2015) destacam que a educação financeira não deve ser tratada apenas como aprendizagem de conteúdos técnicos, mas como uma ferramenta de formação cidadã e desenvolvimento social, reforçando novamente esta ideia que foi utilizado no primeiro tópico. Para os autores, educar financeiramente significa fornecer ao indivíduo instrumentos de análise, julgamento e tomada de decisão que permitam compreender riscos, evitar comportamentos impulsivos e adotar práticas sustentáveis de uso da renda. Assim, a educação financeira torna-se uma estratégia essencial para promover autonomia, reduzir vulnerabilidades e ampliar a eficiência econômica do país.

Nos últimos anos, contudo, tem crescido no Brasil a busca por formas de enriquecimento rápido, motivada pelo acesso facilitado a plataformas digitais e pela falta de planejamento financeiro. Entre os exemplos mais evidentes, estão as apostas esportivas online e os aplicativos de jogos que prometem ganhos imediatos. Segundo dados da H2 Gambling Capital (2025), o Brasil movimenta mais de R\$ 100 bilhões por ano nesse tipo de atividade, o que equivale a quase 1% do PIB. A Serasa (2025) estima que 10% dos inadimplentes já possuem dívidas relacionadas a jogos ou apostas, e que o gasto médio mensal entre apostadores frequentes ultrapassa R\$ 200.

Cerca de 17,7 milhões de brasileiros participaram de apostas e jogos online no primeiro semestre de 2025. O número de apostadores é 230% maior que o total de investidores registrados na bolsa brasileira ao final do semestre. Isso porque, em junho de 2025, a B3 contabilizava 5,35 milhões de investidores pessoa física.

Pode-se observar na **figura 2**, que mostra o tamanho do mercado de apostas no Brasil, o crescimento expressivo deste mercado entre 2020 e 2024. As projeções indicam que o valor movimentado passou de R\$ 10,2 bilhões em 2020 para uma estimativa entre R\$ 89,2 bilhões e R\$ 129,7 bilhões em 2024, evidenciando a rápida expansão do setor impulsionada pela digitalização, pelo aumento do número de plataformas de apostas e pela ausência de regulamentação consolidada durante boa parte do período.

Figura 2: O tamanho do mercado de apostas no Brasil



Essas práticas se consolidaram como formas equivocadas de tentar aumentar a renda, pois estimulam o risco excessivo e reforçam a ilusão do ganho fácil, afastando o indivíduo da lógica do planejamento financeiro.

A educação financeira, portanto, é o primeiro passo para romper esse ciclo de impulsividade e orientar os brasileiros a substituir o imediatismo pela visão de futuro, aprendendo a guardar, investir e multiplicar recursos de forma consciente e sustentável.

Por fim, promover o uso eficiente da renda depende de políticas públicas consistentes e contínuas, voltadas à inclusão financeira e ao fortalecimento da alfabetização econômica. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), coordenada pelo Banco Central e pela CVM, tem papel fundamental nesse processo, ao integrar escolas, empresas e governo em torno da disseminação do conhecimento financeiro. O fortalecimento dessas iniciativas é essencial para transformar a educação financeira em política de Estado, capaz de reduzir desigualdades, aumentar a produtividade e estimular o desenvolvimento sustentável.

3 Métodos e procedimentos de coleta e de análise de dados do estudo

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento do estudo, descrevendo de forma clara como a pesquisa foi conduzida, desde a coleta dos dados até o tratamento e a análise dos resultados.

O estudo segue uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada na aplicação de um questionário estruturado online, complementado pela análise de dados secundários de instituições reconhecidas, como o Banco Central, FEBRABAN, ANBIMA e OCDE. A escolha deste método se justifica pela natureza do problema de pesquisa, que busca entender de que forma a educação financeira pode contribuir para o uso mais eficiente da renda e para a redução do endividamento no Brasil.

Além disso, a combinação entre informações empíricas e fontes oficiais permite unir percepções individuais e indicadores concretos, fortalecendo a credibilidade e a consistência dos resultados obtidos.

3.1. Etapas de coleta de dados

Este trabalho foi desenvolvido em três etapas complementares de coleta e análise de dados, estruturadas de forma a garantir uma visão ampla e fundamentada do objeto de estudo.

A **primeira etapa**, de natureza descritiva e empírica, consistiu na aplicação de um questionário estruturado online, elaborado pelo autor e hospedado na plataforma Google Forms. O instrumento, composto por 19 perguntas objetivas, foi dividido em blocos temáticos sobre perfil dos respondentes, conhecimento financeiro, hábitos de consumo e investimento, e comportamento de risco. O questionário foi divulgado por meio de redes sociais e e-mail, durante todo o mês de outubro, permitindo ampla participação de indivíduos de diferentes faixas de renda e escolaridade, incluindo jovens, universitários, pais, trabalhadores formais e informais e idosos. Essa etapa teve como objetivo captar percepções e práticas

relacionadas à educação financeira e ao uso consciente da renda. No apêndice deste trabalho apresenta-se o questionário completo.

A **segunda etapa**, de caráter exploratório, envolveu uma análise documental e teórica sobre educação financeira, comportamento econômico e endividamento no Brasil. Foram examinados relatórios e bases de dados de instituições reconhecidas, como o Banco Central do Brasil, a FEBRABAN, a OCDE e a ANBIMA, a fim de identificar tendências recentes, indicadores relevantes e instrumentos de mensuração do comportamento financeiro da população. Essa etapa foi essencial para contextualizar o fenômeno e oferecer parâmetros comparativos aos resultados do questionário.

Por fim, a **terceira etapa** correspondeu à triangulação dos dados primários e secundários. Nessa fase, os resultados obtidos no questionário foram confrontados com estatísticas oficiais, como o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB 2024) e a Pesquisa FEBRABAN/IPESPE (2025), que avaliam o nível de conhecimento e comportamento financeiro da população. Essa triangulação permitiu validar as tendências observadas na amostra e oferecer uma análise mais consistente sobre a relação entre educação financeira, uso eficiente da renda e estabilidade econômica.

A adoção dessas três etapas permitiu combinar evidências quantitativas e contextuais, fortalecendo a confiabilidade das conclusões e assegurando coerência entre os objetivos do estudo e os procedimentos metodológicos empregados.

3.2. Fontes de informação selecionadas para coleta de dados no estudo

As informações utilizadas neste estudo foram obtidas a partir de duas fontes principais: dados primários e dados secundários. Os dados primários foram coletados por meio de um questionário estruturado online, elaborado e aplicado durante o mês de outubro de 2025, utilizando a plataforma Google Forms. O formulário foi divulgado em redes sociais, grupos de mensagens e e-mails, de forma aberta, caracterizando uma amostragem não probabilística por conveniência. Esse método foi escolhido por sua praticidade e pela possibilidade de atingir rapidamente diferentes perfis de pessoas.

O público-alvo foi composto por pessoas economicamente ativas, com 18 anos ou mais, residentes no estado do Rio de Janeiro, abrangendo estudantes de graduação e pós-graduação, trabalhadores CLT e autônomos, aposentados e pais de família. Além disso, compreendeu as diversas faixas de renda mensal, indo de até R\$ 2.000,00 a acima de R\$ 30.000,00, o que possibilitou observar percepções e comportamentos financeiros em estratos sociais distintos. Ao todo, o objetivo é realizar uma amostra no entorno de 100 respondentes, com respostas anônimas e voluntárias, com consentimento informado no início do formulário, respeitando princípios éticos de pesquisa.

Além do questionário, foram utilizadas fontes secundárias com o objetivo de contextualizar e validar os resultados obtidos. Entre as principais referências estão o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB 2024), elaborado pelo Banco Central do Brasil em parceria com a FEBRABAN, e a Pesquisa FEBRABAN/IPESPE 2025, que avalia o nível de conhecimento e comportamento financeiro da população brasileira. Também foram consultados os relatórios da ANBIMA, que retratam o perfil do investidor nacional e os hábitos de poupança e investimento, além das publicações da OCDE, que permitem comparar o desempenho do Brasil a padrões internacionais de educação financeira.

Por fim, o estudo inclui dados do Serasa (Pesquisa de Inadimplência e Endividamento 2025), que oferece uma leitura atualizada sobre o percentual de brasileiros inadimplentes, suas principais causas e impactos socioeconômicos. Essas fontes foram selecionadas pela credibilidade institucional, relevância temática, atualização recente (2024–2025) e pela disponibilidade pública, garantindo transparência e consistência metodológica.

As fontes de informação foram organizadas em três etapas complementares. Na primeira etapa, foi realizada a coleta dos dados primários, por meio do questionário digital aplicado em outubro de 2025, alcançando diferentes perfis socioeconômicos. Na segunda etapa, foram reunidos os relatórios e bases de dados oficiais das instituições mencionadas, utilizados para contextualizar e comparar os resultados obtidos na pesquisa. Por fim, na terceira etapa, os dados foram cruzados e analisados em conjunto, permitindo uma triangulação entre percepções individuais e indicadores oficiais.

Essa combinação de fontes empíricas e institucionais oferece uma visão mais completa e realista sobre como o conhecimento financeiro e o comportamento econômico se manifestam na sociedade brasileira contemporânea.

3.3. Procedimentos e instrumentos de coleta de dados utilizados no estudo

O instrumento principal utilizado na coleta de dados foi um questionário estruturado, desenvolvido com base nas referências teóricas e estatísticas analisadas nas etapas anteriores. O questionário foi elaborado na plataforma Google Forms, por sua praticidade, alcance e eficiência no tratamento posterior das informações. Essa escolha metodológica buscou equilibrar amplitude e acessibilidade, permitindo que o estudo atingisse um número relevante de participantes em um curto período, sem a necessidade de recursos físicos ou deslocamentos.

O questionário foi composto por 19 perguntas objetivas, organizadas em blocos temáticos que abordaram: **(i)** o perfil sociodemográfico dos respondentes; **(ii)** o nível de conhecimento financeiro e de planejamento pessoal; **(iii)** os hábitos de consumo e investimento; e **(iv)** a percepção sobre o papel da educação financeira no cotidiano e seu impacto na redução do endividamento. As perguntas foram elaboradas em linguagem clara e direta, de modo a facilitar a compreensão de públicos com diferentes níveis de escolaridade e familiaridade com o tema.

A coleta de dados ocorreu durante o mês de outubro de 2025, de forma totalmente anônima e voluntária, garantindo a liberdade de expressão dos participantes e a integridade das respostas. O *link* do formulário foi divulgado em redes sociais, grupos de mensagens e e-mails, atingindo um público heterogêneo composto por 80 participantes, entre jovens, universitários, profissionais ativos, aposentados e pais de família. Essa diversidade foi proposital, buscando capturar percepções de diferentes gerações e contextos socioeconômicos sobre o tema da educação financeira.

Após o encerramento da coleta, os dados foram exportados para planilhas eletrônicas e submetidos a processos de verificação, limpeza e organização, a fim de eliminar inconsistências ou duplicidades. Em seguida, os resultados foram preparados para a análise quantitativa e qualitativa descrita na seção seguinte.

3.4. Formas de tratamento e análise dos dados coletados para o estudo

Os dados coletados foram tratados e organizados de forma sistemática, com base em uma abordagem quantitativa descritiva apoiada em técnicas estatísticas simples voltadas à identificação de padrões e tendências entre os respondentes. Por se tratar de um questionário composto predominantemente por questões objetivas de múltipla escolha, as respostas foram convertidas em valores numéricos e tabuladas em planilhas eletrônicas, o que possibilitou a quantificação e comparação das informações. Essa forma de tratamento segue a orientação de Gil (2019), que destaca a importância da padronização e da operacionalização das variáveis na pesquisa quantitativa.

Inicialmente, as respostas foram organizadas em blocos temáticos de acordo com as seções do questionário que abordaram perfil dos participantes, conhecimento financeiro, hábitos de consumo e poupança, e percepção sobre endividamento e apostas online. Cada variável foi analisada separadamente e, em seguida, cruzada com outras como faixa etária, escolaridade e renda, possibilitando a identificação de correlações e diferenças entre grupos. As informações foram tratadas por meio do cálculo de frequências absolutas e relativas (percentuais), que evidenciam o comportamento predominante em cada categoria.

Os resultados foram então apresentados em tabelas e gráficos, visando facilitar a visualização e interpretação dos padrões observados. Essa etapa obedeceu ao método quantitativo descritivo, conforme Lakatos & Marconi (2021), para quem essa abordagem é adequada quando o objetivo é compreender a distribuição de características em uma população sem recorrer a inferências estatísticas complexas.

Por fim, os dados primários obtidos no questionário foram comparados com dados secundários provenientes de fontes oficiais como o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB 2024), a Pesquisa FEBRABAN/IPESPE (2025) e a Pesquisa de Inadimplência e Endividamento do Serasa (2025). Essa triangulação foi conduzida com o objetivo de validar as tendências observadas na amostra e verificar até que ponto os comportamentos relatados pelos participantes se aproximam ou se diferenciam das médias nacionais. A integração entre dados primários e secundários fortaleceu a consistência da análise e permitiu interpretar

com maior segurança as relações entre educação financeira, uso consciente da renda e níveis de endividamento no contexto brasileiro contemporâneo.

3.5. Limitações do Estudo

Embora os procedimentos adotados tenham sido cuidadosamente planejados, o estudo apresenta limitações decorrentes das escolhas metodológicas e do perfil da amostra pesquisada. A principal delas diz respeito ao recorte social e educacional dos participantes, majoritariamente pertencentes a uma faixa mais instruída e economicamente estável. Como o questionário foi divulgado em redes sociais e grupos de contato próximos, foi obtida uma amostra composta, em sua maioria, por pessoas com nível de escolaridade médio e superior, com maior acesso à informação e familiaridade com temas financeiros.

Essa característica tende a elevar o nível de conhecimento médio sobre educação financeira dentro da amostra, resultando em respostas mais positivas e conscientes do que aquelas que seriam esperadas na média nacional. Assim, os resultados representam de forma fidedigna a realidade do grupo analisado, mas não podem ser generalizados para toda a população brasileira, especialmente para faixas com menor escolaridade e acesso à informação. Para complementar essa limitação, o estudo recorreu a dados secundários de instituições reconhecidas, como Banco Central, FEBRABAN, ANBIMA, Serasa e OCDE, que oferecem indicadores nacionais e permitem confrontar as percepções da amostra com a realidade estatística do país, contribuindo para uma análise mais fiel e representativa do contexto brasileiro.

Outro ponto a considerar é a restrição do método de coleta online, que depende de acesso à internet e domínio básico de ferramentas digitais. Essa limitação pode ter excluído participantes de regiões ou faixas sociais menos conectadas, reduzindo a diversidade da amostra. Além disso, o uso de perguntas objetivas, embora favoreça a padronização das respostas, pode limitar a profundidade das percepções captadas, já que não permite ao respondente desenvolver suas reflexões de maneira mais ampla. Procurou-se atenuar esse efeito por meio da revisão prévia do questionário, da clareza nas instruções e da inclusão de públicos de diferentes idades e ocupações.

Apesar dessas restrições, foram adotados cuidados (estatísticos e referentes à clareza e transparência das perguntas) para reduzir interferências e vieses, garantindo maior consistência ao processo de coleta e análise dos dados. Assim, ainda que limitado em representatividade, o estudo oferece contribuições relevantes para compreender como a educação financeira é percebida e aplicada entre pessoas com maior acesso à informação, podendo servir como base para futuras pesquisas que ampliem o escopo e diversifiquem a amostra.

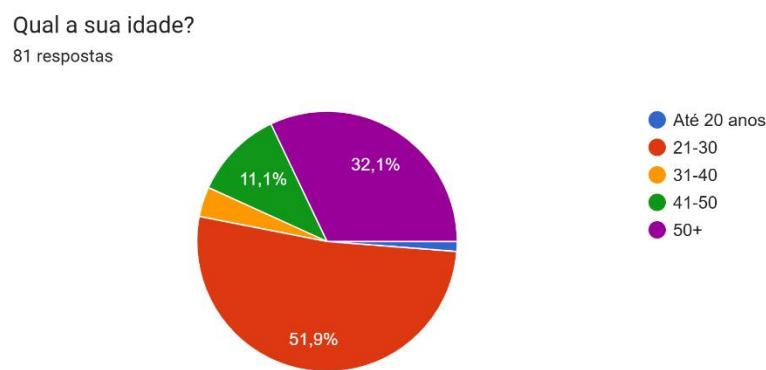
4 Apresentação e análise dos resultados

4.1. Descrição da amostra / do perfil dos entrevistados

A amostra da pesquisa foi composta por 80 respondentes, abrangendo diferentes faixas etárias, níveis de renda e formações educacionais. O objetivo desta etapa é apresentar e analisar o perfil dos participantes, de modo a contextualizar o grupo investigado e oferecer subsídios para a compreensão dos resultados obtidos nas seções seguintes.

Em relação à faixa etária, observou-se a predominância de indivíduos entre 21 e 30 anos, representando a maior parte da amostra. Esse dado demonstra a forte presença do público jovem-adulto, fase em que decisões financeiras ligadas a consumo, carreira e investimento começam a se intensificar. Também foram identificados participantes nas faixas de 41 a 50 anos e acima de 50 anos, o que contribui para a diversidade etária e permite comparar percepções entre gerações.

Figura 3 – Distribuição dos respondentes por faixa etária

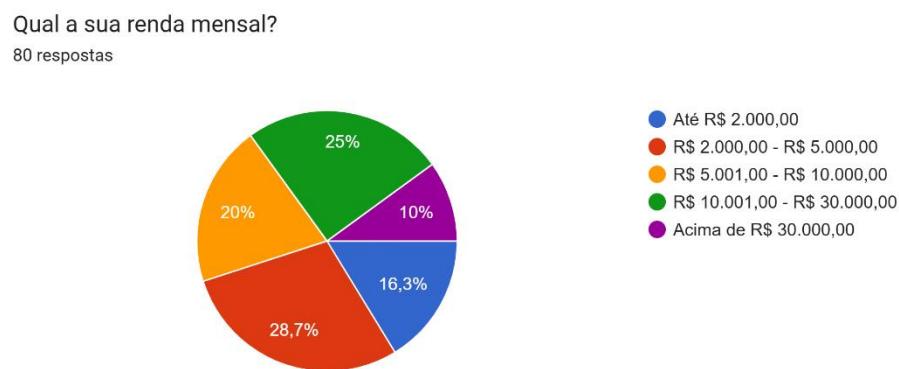


Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere ao gênero, a amostra apresentou uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres, com leve predominância do público masculino (55%). Essa composição favorece uma análise menos enviesada, já que permite observar possíveis diferenças de comportamento financeiro entre os gêneros, especialmente no que tange ao endividamento e à propensão a investir.

Quanto à renda mensal, verificou-se que a maior concentração dos participantes está na faixa entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00, por conta de um público mais jovem que se encontra em início de carreira (estágio), mas sendo bem dividido entre as demais classes, revelando um perfil majoritariamente de classe média e alta. Deste modo, os números reforçam a relevância de estudar o comportamento financeiro desse grupo mais jovem, frequentemente exposto a desafios relacionados à organização de despesas e planejamento de longo prazo para uma vida estável.

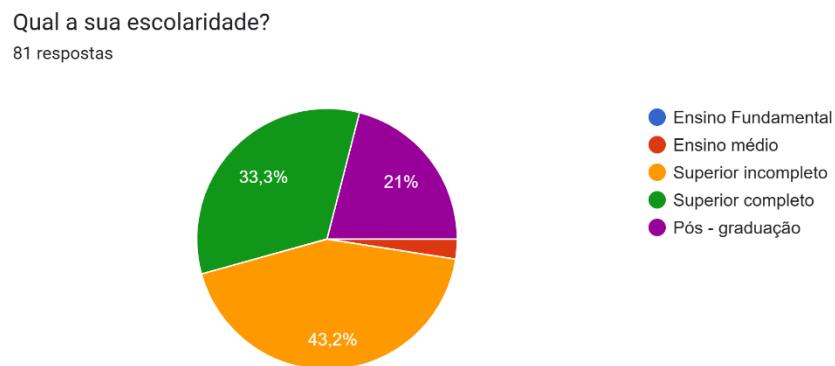
Figura 4 – Distribuição dos respondentes por faixa de renda mensal



Fonte: Elaborado pelo autor

Em termos de escolaridade, destaca-se que a ampla maioria dos participantes possui ensino superior completo ou incompleto, e uma parcela expressiva também indicou possuir pós-graduação. Esse resultado sugere que o público pesquisado tem nível educacional elevado, o que possibilita avaliar se a educação formal está, de fato, associada a uma maior compreensão sobre finanças pessoais e investimentos.

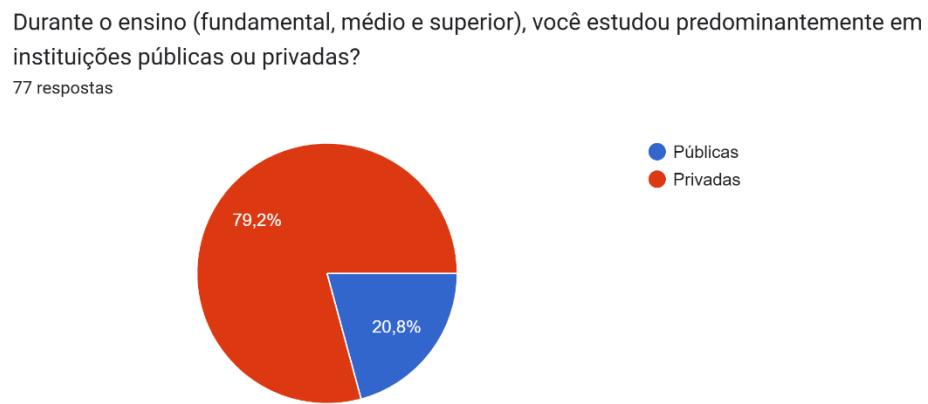
Figura 5 – Distribuição dos respondentes por nível de escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, observou-se que a maioria estudou predominantemente em instituições privadas, enquanto uma parcela menor cursou escolas públicas. Esse dado é relevante, pois a origem escolar pode influenciar o acesso a conteúdos de educação financeira, tema que ainda não é amplamente abordado de forma sistemática durante o ensino básico no Brasil.

Figura 6 – Distribuição dos respondentes por tipo de instituição de ensino



Fonte: Elaborado pelo autor

De modo geral, a amostra revela um público jovem, escolarizado e de renda média, características que refletem uma população economicamente ativa e inserida em contextos urbanos. A diversidade observada nos perfis reforça a consistência da coleta, oferecendo base sólida para as análises seguintes sobre nível de conhecimento financeiro, hábitos de consumo e planejamento pessoal.

4.1.1. Nível de conhecimento financeiro e de planejamento pessoal

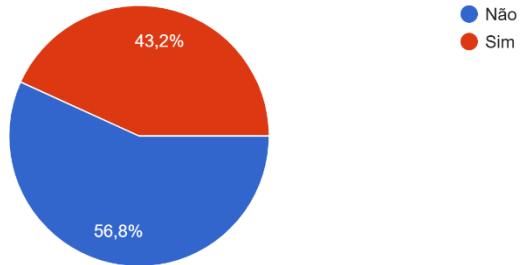
Os resultados desta seção refletem um grupo com nível de escolaridade elevado e boa familiaridade com temas econômicos, característica coerente com o perfil sociodemográfico da amostra, composto majoritariamente por indivíduos com ensino superior e formação em instituições privadas. Esse contexto contribui para um desempenho acima da média nacional em diversos indicadores de educação financeira.

Em relação à orientação prévia sobre finanças, 43,2% dos participantes afirmaram já terem recebido algum tipo de curso ou instrução sobre o tema, enquanto 56,8% nunca tiveram acesso a esse tipo de aprendizado. Embora o número de pessoas com formação seja relevante, ele reforça que o ensino estruturado de educação financeira ainda não é universalizado, mesmo entre grupos com maior escolaridade, mostrando o quanto o Brasil está atrás neste tema com o resto do mundo.

Figura 7 – Participantes que já receberam algum tipo de orientação ou curso de educação financeira

Você já recebeu algum tipo de orientação ou curso de educação financeira (na escola, faculdade, empresa ou internet)?

81 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

A compreensão sobre inflação apresentou um resultado expressivo: quase 70% afirmam compreender bem o conceito; 28,4%, parcialmente; e apenas 2,5% não sabem explicá-lo. Esse dado mostra uma percepção consistente sobre o impacto da inflação no poder de compra, possivelmente influenciada pela presença frequente do tema na mídia e pela vivência prática dos efeitos da alta de preços, além de uma escolaridade mais forte comparada ao resto do país.

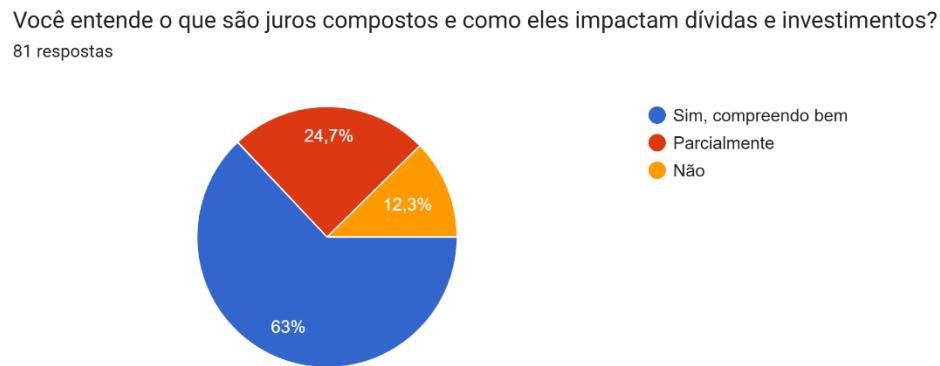
Figura 8 – Compreensão dos respondentes sobre o conceito de inflação



Fonte: Elaborado pelo autor

Quando analisada a compreensão sobre juros compostos, 63% afirmaram entender bem o conceito; 24,7%, parcialmente; e 12,3% não o comprehendem. Apesar de positiva, essa distribuição revela que mais de um terço ainda tem dificuldade com conceitos matemático-financeiros essenciais, o que pode afetar decisões de crédito e investimento.

Figura 9 – Entendimento dos respondentes sobre o conceito de juros compostos



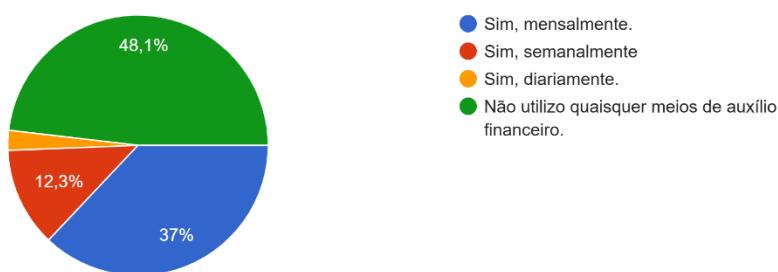
Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto ao uso de ferramentas de planejamento, 48,1% afirmaram não utilizar aplicativos ou planilhas para administrar suas finanças, enquanto 37% fazem uso mensal, 12,3% semanal e apenas 2,6% diariamente. Mesmo entre indivíduos com boa formação, a gestão prática das finanças ainda é limitada, o que reforça a importância de estimular hábitos de controle e acompanhamento da renda pessoal.

Figura 10 – Frequência de uso de aplicativos ou planilhas para controle financeiro

Você utiliza algum aplicativo ou planilha digital para auxiliar no planejamento ou administração de suas finanças? Se sim, com que frequência?

81 respostas



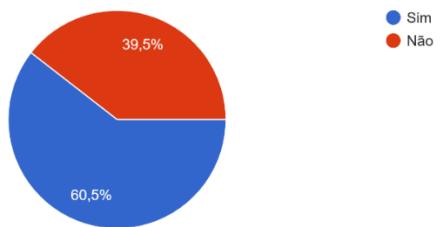
Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre o planejamento financeiro de longo prazo, 60% afirmaram destinar parte da renda a objetivos como aposentadoria, reserva de emergência ou previdência, enquanto 40% não o fazem. Já em relação à previdência privada, 38,8% disseram possuir ou pretender aderir, contra 61,3% que não possuem nem têm intenção de investir nesse tipo de produto.

Os resultados mostram que, embora exista consciência sobre a importância da estabilidade futura, essa percepção nem sempre se traduz em ações. Esse cenário é preocupante, considerando que a previdência social brasileira enfrenta limitações estruturais e tende a oferecer benefícios cada vez menores nas próximas décadas. Assim, a adesão à previdência privada torna-se uma alternativa relevante para garantir segurança financeira no longo prazo e preservar o poder de compra após a aposentadoria.

Figura 11 – Destinação de parte da renda para planejamento de longo prazo

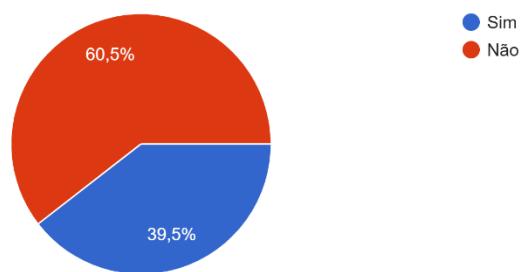
Você destina parte da sua renda para o planejamento de longo prazo (ex.: aposentadoria, reserva de emergência, previdência)?
81 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 12 – Respondentes que possuem ou pretendem aderir à previdência privada

Você possui ou pensa em aderir a uma previdência privada?
81 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

De modo geral, a amostra revela bom domínio conceitual, sobretudo em relação a temas amplamente divulgados, como inflação e juros compostos, mas sinaliza lacunas comportamentais no controle e no planejamento financeiro. A combinação entre conhecimento teórico e práticas ainda inconsistentes reforça a necessidade de aprofundar o ensino de educação financeira, não apenas para disseminar conceitos, mas para consolidar comportamentos financeiramente sustentáveis.

4.1.2. Hábitos de consumo e investimento

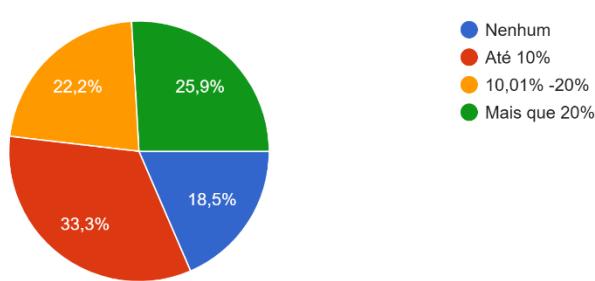
Em relação à capacidade de poupança, observa-se que 81,5% dos respondentes afirmam guardar parte da renda, enquanto 18,5% não conseguem poupar nada ao final do mês. Dentro do grupo que poupa, 33,2% guardam até 10%, 22,2% entre 10% e 20%, e 25,9% mais de 20% da renda mensal. Esse resultado demonstra que, embora exista uma parcela que ainda enfrenta dificuldade em economizar, há uma proporção significativa que pratica algum tipo de reserva.

Referido comportamento, contudo, deve ser interpretado dentro do contexto da amostra: a maioria dos participantes pertence a uma faixa de escolaridade mais alta ou ainda está em fase estudantil, o que tende a incluir indivíduos com menor volume de despesas fixas ou inseridos em famílias de maior estabilidade financeira. Assim, a capacidade de poupança observada reflete um recorte de realidade mais favorável em comparação à média nacional, onde boa parte da população vive com o orçamento comprometido e encontra dificuldade em equilibrar as contas mensais.

Figura 13 – Percentual da renda mensal destinada à poupança ou investimento

Em média, qual percentual da sua renda mensal você destina para guardar (poupança ou investimento)?

81 respostas



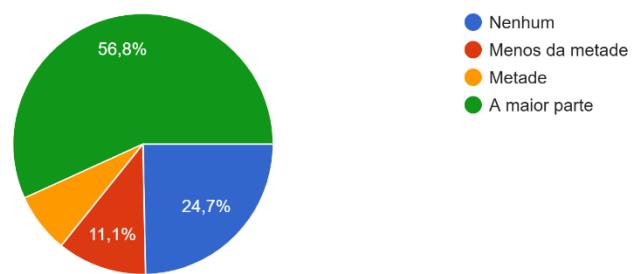
Fonte: Elaborado pelo autor

Quando analisado quanto dessa quantia é efetivamente investida, 56,8% informaram que a maior parte do valor pouparado é aplicada em algum tipo de investimento, enquanto cerca de 25% não investem nada, 11,1% investem menos da metade e 7,1% investem metade do que guardam. A pesquisa mostra que a

maioria utiliza as aplicações financeiras para multiplicar o valor que foi guardado, o que leva a maiores gastos futuros na economia, desenvolvendo o país – atitude que deveria ser seguida pelo resto da população, que em sua maioria não poupa, e quando poupa, não investe.

Figura 14 – Proporção do valor poupado efetivamente investido

Do valor que você guarda, quanto é efetivamente investido (ex.: aplicações financeiras)?
81 respostas

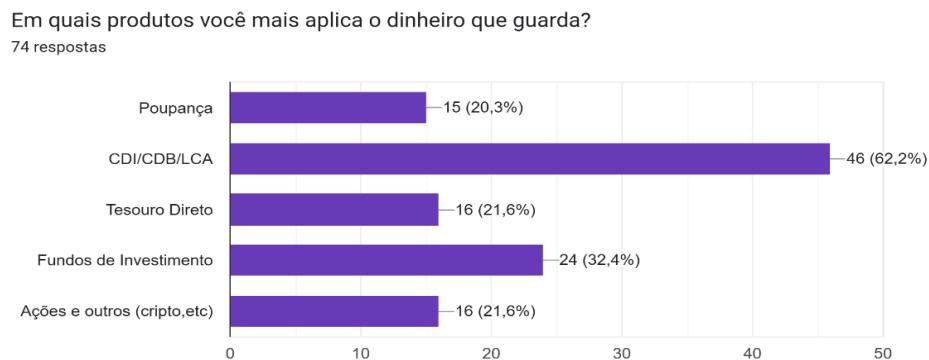


Fonte: Elaborado pelo autor

Esse panorama mostra que, embora a maioria ainda concentre seus recursos em investimentos de renda fixa e perfil conservador, já se observa uma mudança positiva: grande parte dos respondentes deixou de utilizar exclusivamente a poupança, migrando para aplicações atreladas ao CDI, que oferecem melhor rentabilidade e mantêm elevado nível de segurança.

Essa transição é relevante, pois a poupança, frequentemente, perde para a inflação, resultando em perda real do poder de compra ao longo do tempo. Assim, o avanço rumo a instrumentos mais rentáveis e acessíveis representa um passo importante para a consolidação de uma cultura financeira mais madura e consciente.

Figura 15 – Principais produtos financeiros utilizados pelos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre o endividamento, 72,8% declararam não possuir dívidas, enquanto 22,5% têm dívidas controladas e 3,7% afirmaram que são difíceis de lidar. Essa relação evidencia um grupo com bom nível de controle financeiro e baixa exposição a crédito problemático, o que reforça o perfil mais estável do público respondente.

Esse cenário contrasta significativamente com a realidade nacional: segundo dados da Serasa (setembro de 2025), mais de 79 milhões de brasileiros encontram-se endividados, o que corresponde a aproximadamente 40% da população do país.

Figura 16 – Situação de endividamento dos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor

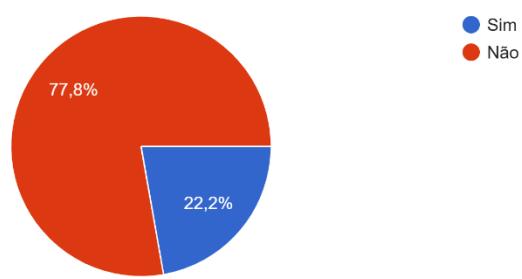
Por fim, ao serem questionados se parte das reservas ou investimentos já foi utilizada em apostas online ou jogos de ganho rápido, 22,2% responderam

positivamente, contra 77,8% que disseram não ter envolvimento. Esse dado chama atenção, pois revela que, mesmo em um grupo com boa formação e renda mais elevada, ainda há adesão relevante a práticas de risco, indicando que o comportamento financeiro nem sempre acompanha o conhecimento teórico.

Figura 17 – Utilização de reservas financeiras em apostas ou jogos de ganho rápido

Parte dos seus investimentos ou reservas já foi utilizada em apostas on-line ou jogos que prometem ganho rápido (ex.: bets, “Tigrinho”)?

81 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

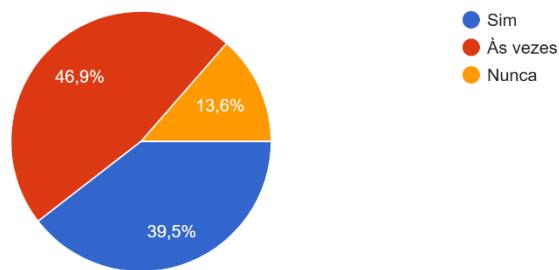
Em síntese, os resultados apontam que os respondentes possuem hábitos de poupança e investimento acima da média nacional, com foco em produtos conservadores e boa capacidade de evitar dívidas problemáticas. Entretanto, a presença de apostas e a limitação do uso de instrumentos de maior complexidade revelam uma lacuna entre conhecimento e comportamento financeiro, ponto que será aprofundado na etapa seguinte de análise.

4.1.3. Percepção sobre o papel da educação financeira

A percepção dos respondentes sobre o papel da educação financeira demonstra um entendimento bastante maduro acerca de sua relevância social e econômica. Ao serem questionados sobre o acompanhamento de notícias e conteúdos relacionados à economia, finanças ou investimentos, 39,5% afirmaram acompanhar com frequência, 46,9% apenas às vezes, enquanto 13,6% nunca consomem esse tipo de conteúdo. Apesar de uma parcela expressiva de indivíduos demonstrar interesse contínuo pelo tema, ainda existe um grupo considerável que tem contato esporádico ou inexistente, o que pode limitar a capacidade de planejamento financeiro no longo prazo.

Figura 18 – Frequência de acompanhamento de conteúdos sobre finanças e economia

Você acompanha notícias ou conteúdos sobre economia, finanças ou investimentos?
81 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

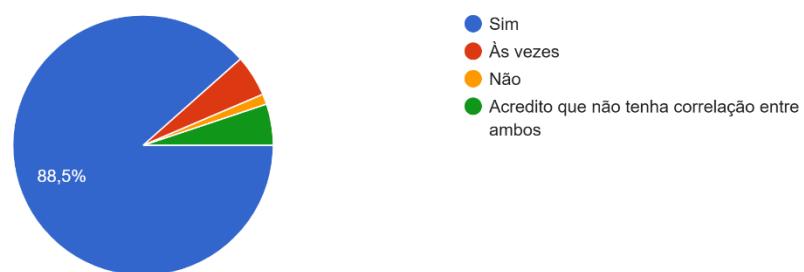
Quando questionados se acreditam que países que investem mais em educação financeira tendem a apresentar melhores resultados econômicos e sociais, 88,5% dos respondentes concordaram plenamente, enquanto 7,6% acreditam que a correlação pode ocorrer apenas às vezes. Apenas 3,9% discordam total ou parcialmente dessa relação.

Esse dado reflete a percepção de que a educação financeira é vista não apenas como ferramenta individual de controle de gastos, mas também como um instrumento coletivo de desenvolvimento e estabilidade econômica, capaz de reduzir desigualdades e melhorar o uso do crédito e da poupança.

Figura 19 – Relação entre investimento em educação financeira e desempenho econômico-social

Na sua opinião, países que investem mais em educação financeira tendem a apresentar melhores resultados econômicos e sociais?

78 respostas



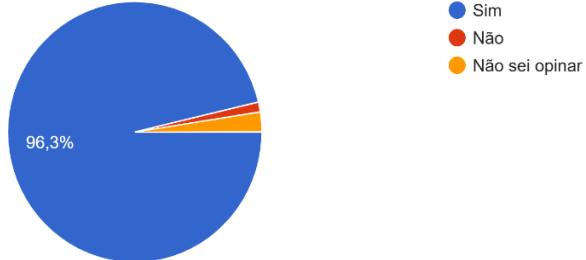
Fonte: Elaborado pelo autor

De forma quase unânime, 96,3% dos participantes defenderam que a educação financeira deve ser ensinada formalmente nas escolas brasileiras, contra apenas 2,5% que responderam “não” e 1,2% que afirmaram não saber opinar. Essa concordância reforça a noção de que a ausência desse conteúdo na formação escolar ainda é percebida como uma falha estrutural do sistema educacional, e que sua inclusão é essencial para promover uma relação mais consciente com o dinheiro desde a juventude.

Figura 20 – Opinião dos respondentes sobre a inclusão da educação financeira nas escolas

Na sua opinião, a educação financeira deveria ser ensinada formalmente nas escolas brasileiras?

81 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Esses resultados evidenciam um consenso sobre o valor social da educação financeira, sendo reconhecida como fundamental para a prevenção do

endividamento e o fortalecimento da cidadania econômica. Mesmo em um grupo de respondentes com escolaridade elevada, a percepção de carência no ensino formal do tema revela que a alfabetização financeira ainda depende de iniciativas individuais e informais, como cursos online e redes sociais.

De modo geral, as respostas desta seção mostram que a população pesquisada associa a educação financeira a melhores decisões econômicas, estabilidade social e oportunidades de mobilidade, sustentando a ideia de que sua institucionalização nas escolas representa um passo necessário para o avanço da cultura financeira no Brasil.

4.2.Análise e triangulação dos resultados

A presente seção tem como objetivo realizar a triangulação entre os dados primários obtidos por meio do questionário e os dados secundários provenientes de relatórios e pesquisas nacionais e internacionais. Essa integração permite comparar a percepção e o comportamento financeiro dos participantes com os indicadores oficiais, de modo a identificar padrões, convergências e lacunas relacionadas à educação financeira no Brasil.

4.2.1.Educação financeira e percepção de importância

Os resultados do questionário revelam que o tema da educação financeira é amplamente reconhecido pelos participantes como essencial para o desenvolvimento pessoal e social. Quando questionados se acreditam que países que investem mais em educação financeira tendem a apresentar melhores resultados econômicos e sociais, 88,5% dos respondentes concordaram, enquanto 3,9% discordaram total ou parcialmente. Além disso, 96,3% defenderam que a educação financeira deve ser ensinada formalmente nas escolas brasileiras, reforçando uma percepção quase unânime de que o tema deve integrar a formação básica.

Essa percepção está em consonância com a Pesquisa FEBRABAN/IPESPE (2025), que aponta que 91% dos brasileiros atribuem importância ou muita importância à educação financeira para o equilíbrio das finanças pessoais e para a melhoria da qualidade de vida. O mesmo estudo mostra que o interesse pelo tema é crescente, impulsionado pela popularização

de conteúdos sobre finanças nas redes sociais e pela maior conscientização sobre o endividamento no país.

No contexto educacional, uma pesquisa realizada pelo Instituto XP em parceria com a plataforma Nova Escola (2024) revelou que 95% dos professores acreditam ser importante introduzir a educação financeira já no ensino fundamental. O levantamento destaca que o tema é reconhecido entre os educadores como uma ferramenta de formação ao cidadão e de prevenção ao endividamento. No entanto, o estudo também aponta que a falta de capacitação docente e de materiais didáticos adequados ainda representa um obstáculo para a implementação do tema nas escolas brasileiras, assim como na maioria dos países subdesenvolvidos, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à formação continuada dos profissionais da educação.

Estudos internacionais mostram que o Brasil está entre os países que menos investem por aluno, muito abaixo da média da OCDE, conforme **figura 21** mais adiante. Enquanto nações como Luxemburgo, Suíça e Noruega investem entre US\$ 18 mil e US\$ 26 mil por aluno ao ano, o Brasil destina aproximadamente US\$ 3,2 mil, valor semelhante ao de países em desenvolvimento como Argentina, Turquia, México e África do Sul.

Essa defasagem estrutural afeta diretamente a qualidade da formação escolar, reduz a exposição dos estudantes a conteúdos de cidadania econômica e dificulta a construção de competências essenciais para o uso eficiente da renda. Além disso, mostra que países que investem em educação, de forma geral, terão melhores economias no futuro.

Figura 21 – “Países com maior investimento por aluno”



Fonte: Jornal “O Globo”

Essa compreensão mais ampla sobre o papel da educação financeira reforça o que destacam Silva e Powell (2013; 2015): “A educação financeira escolar deve ser entendida como um processo formativo, voltado a capacitar o indivíduo para analisar, julgar e decidir de forma consciente sobre questões financeiras, e não apenas como um meio de formar consumidores. Assim, promover a educação financeira vai além de transmitir conteúdos técnicos; trata-se de desenvolver pensamento crítico, autonomia e responsabilidade econômica, fundamentos que fortalecem tanto o indivíduo quanto a sociedade.”

Essa tendência também se manifesta entre os respondentes do questionário: embora o grupo apresente alto nível de escolaridade, 56,8% afirmaram nunca ter recebido qualquer orientação ou curso formal sobre finanças, enquanto apenas 43,2% tiveram algum tipo de instrução. Esse resultado reforça que o reconhecimento da importância da educação financeira ainda não se converteu em acesso efetivo ao aprendizado estruturado.

A triangulação entre os dados primários e secundários demonstra, portanto, uma forte valorização do tema, mas um déficit educacional persistente. O consenso sobre a relevância da educação financeira convive com a ausência de formação formal, indicando que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos

para transformar consciência em prática. Esse cenário demonstra a necessidade de políticas públicas que garantam a inserção do tema no currículo escolar, aliadas a iniciativas privadas e sociais que ampliem o acesso à educação financeira em diferentes faixas etárias e classes sociais.

4.2.2. Nível de conhecimento financeiro e planejamento pessoal

Os resultados do questionário apontam que os participantes demonstram nível de conhecimento financeiro superior ao padrão nacional, reflexo de uma amostra mais escolarizada e exposta a informações econômicas. Aproximadamente 70% afirmaram compreender bem o conceito de inflação e 63% declararam entender juros compostos, enquanto apenas 12,3% não compreendem o tema. Esses números revelam que o grupo pesquisado possui domínio satisfatório sobre noções essenciais de finanças pessoais, um resultado que se aproxima da média global estimada pela OECD/INFE (2023), segundo a qual cerca de 60% da população mundial entende conceitos básicos como juros, crédito e inflação.

Quando comparados ao cenário nacional, entretanto, os contrastes são significativos. A Pesquisa FEBRABAN/IPESPE (2025) mostra que 55% dos brasileiros afirmam entender pouco (40%) ou nada (15%) sobre finanças pessoais, o que confirma o baixo nível de alfabetização financeira no país. A discrepância entre os dados evidencia a desigualdade de acesso à informação e à formação financeira, concentrada entre grupos de maior renda e escolaridade. Essa diferença reforça a importância de democratizar o conhecimento financeiro, ampliando o alcance das iniciativas públicas e privadas voltadas à capacitação da população em larga escala.

Um ponto importante revelado pela pesquisa é que o aprendizado financeiro não depende exclusivamente de ensino formal. Embora 56,8% dos respondentes nunca tenham participado de um curso ou disciplina sobre finanças, boa parte afirma ter aprendido por conta própria, seja por meio de familiares, amigos, internet ou redes sociais. Esse resultado mostra o potencial transformador da educação informal, que tem se mostrado eficaz na popularização de conceitos antes restritos a especialistas.

Contudo, o domínio conceitual não garante a prática cotidiana. Quase metade dos participantes (48,1%) declarou não utilizar planilhas ou aplicativos

para controlar gastos e apenas 2,6% afirmaram fazê-lo diariamente. Essa dificuldade em transformar o conhecimento em hábito reflete um desafio também identificado no Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB 2024), que registrou nota média de 57 pontos (em escala de 0 a 100), classificando a maioria da população como financeiramente vulnerável. Esse dado indica que a educação financeira no Brasil, além de escassa, ainda é predominantemente teórica, e que a ausência de práticas simples, como registrar despesas, definir metas de poupança ou planejar gastos, compromete o equilíbrio das finanças pessoais.

Apesar disso, há sinais de amadurecimento: 60% dos respondentes afirmaram destinar parte da renda a objetivos de longo prazo, como reservas de emergência, previdência ou aposentadoria. Essa proporção é consideravelmente superior ao observado em levantamentos nacionais e demonstra uma mudança gradual na mentalidade financeira. O fortalecimento dessa cultura de planejamento pode gerar ganhos expressivos não apenas para os indivíduos, mas também para o país: aumento da poupança doméstica, maior disponibilidade de capital para investimento produtivo e menor vulnerabilidade das famílias a crises econômicas.

Portanto, a triangulação dos dados mostra que, embora o grupo pesquisado apresente resultados acima da média, a realidade brasileira ainda exige políticas públicas robustas e contínuas. A ampliação do ensino de educação financeira nas escolas, o incentivo ao uso de ferramentas digitais de gestão e campanhas nacionais de conscientização podem reduzir a distância entre conhecimento e prática. A consolidação desses hábitos traria benefícios diretos à economia, fortalecendo o mercado de capitais, reduzindo o endividamento familiar e estimulando um ciclo de crescimento sustentável baseado em cidadãos mais conscientes, planejados e financeiramente saudáveis.

4.2.3. Poupança, investimento e previdência privada

Os resultados do questionário indicam que a maioria dos participantes possui hábitos de poupança e investimento mais sólidos do que a média nacional. 81,5% dos respondentes afirmaram guardar parte da renda mensal, enquanto 18,5% disseram não conseguir poupar nada ao final do mês. Dentro do grupo que poupa, 33,3% guardam até 10% da renda, 22,2% entre 10% e 20%, e 25,9% mais de 20%, evidenciando uma cultura de planejamento e reserva financeira acima do padrão nacional.

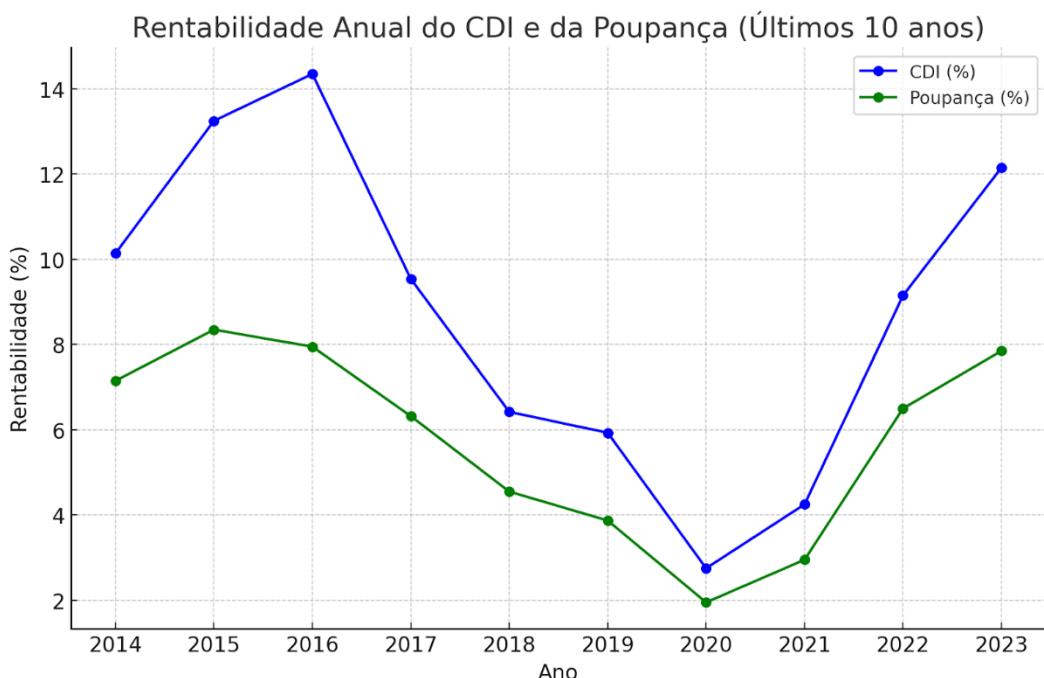
Esse resultado contrasta com pesquisas nacionais que revelam um cenário mais desafiador. Segundo a CNN Brasil (2024), sete em cada dez brasileiros não conseguem economizar nada ao final do mês, e o Banco Central (G1, 2025) informou que, até setembro de 2025, os saques da poupança já superavam todo o volume retirado em 2024, demonstrando a dificuldade da população em manter reservas.

Em relação ao destino dos valores poupados, 56,8% dos respondentes afirmaram investir a maior parte do montante economizado. Esse dado está alinhado com a mudança de comportamento observada em escala nacional. De acordo com a ANBIMA (2024), o total de recursos aplicados por pessoas físicas cresceu 12,6% em 2024, alcançando R\$ 7,3 trilhões, sendo que a renda fixa representa 59,2% desse total, impulsionada por CDBs, LCIs e LCAs, que oferecem rentabilidade superior à da poupança. Além disso, segundo levantamento da XP Investimentos (2024), a poupança registrou nova perda líquida em abril de 2024, enquanto produtos de renda fixa atraíram volumes recordes de captação.

Essa migração é explicada pela combinação de taxa Selic elevada e inflação persistente, que reduziram ainda mais a atratividade da poupança. Em um cenário inflacionário, o que realmente importa para o investidor é a taxa de rendimento real, isto é, o quanto o investimento cresce acima da inflação. Quando a inflação supera o rendimento nominal da aplicação, o poder de compra diminui, mesmo que o saldo bancário aumente.

Nos últimos anos, essa tem sido a realidade da poupança no Brasil: seu rendimento frequentemente fica abaixo da inflação, fazendo com que o investidor perca valor real do dinheiro ao longo do tempo. Já produtos atrelados ao CDI, como CDBs, LCIs e LCAs, costumam apresentar rentabilidade real positiva, preservando e, em muitos casos, ampliando o poder de compra. Essa diferença explica por que cada vez mais brasileiros, especialmente aqueles com algum grau de instrução financeira, estão migrando para investimentos de renda fixa indexada ao CDI ou ao Tesouro Selic, que combinam segurança e rendimento superior.

Gráfico 1 – Rentabilidade anual do CDI e da poupança (2014–2023)



Fonte: Finclass Group

O gráfico 1 demonstra a diferença histórica de rentabilidade entre o CDI e a poupança, evidenciando que, ao longo dos últimos dez anos, o CDI manteve desempenho significativamente superior. Essa diferença ilustra o impacto da taxa de rendimento real, isto é, do ganho acima da inflação, reforçando o movimento crescente de investidores em busca de aplicações que efetivamente protejam seu poder de compra.

Apesar desse avanço, muitos brasileiros ainda acreditam que investir é algo inacessível ou restrito a quem dispõe de grandes quantias. Esse é um dos principais mitos a serem quebrados no campo da educação financeira. Na prática, é possível investir mesmo valores pequenos, e isso deve ser incentivado desde cedo. Iniciar com R\$ 20, R\$ 50 ou R\$ 100 por mês pode parecer pouco, mas o efeito dos juros compostos, rendimento sobre rendimento, transforma pequenas quantias em ganhos expressivos ao longo do tempo.

Mais importante do que o valor inicial é a constância do hábito de investir. A prática regular de aplicar pequenas quantias cria disciplina financeira, aumenta a percepção de controle sobre o próprio dinheiro e reduz a propensão ao endividamento. Esse comportamento, quando difundido em escala social, fortalece a cultura de poupança e investimento nacional, ampliando os recursos disponíveis para o desenvolvimento econômico. Portanto, investir pouco, mas com

frequência, é uma estratégia eficaz tanto para o indivíduo quanto para o país, promovendo estabilidade financeira e autonomia econômica.

Apesar de a renda fixa continuar sendo predominante, esse movimento é positivo para o Brasil, pois aumenta a eficiência da poupança nacional e estimula o investimento produtivo. A expansão da base de investidores em títulos privados e públicos fortalece o sistema financeiro e contribui para a formação de capital de longo prazo, essencial para o crescimento econômico sustentável.

Quando o tema é planejamento de longo prazo e previdência, os desafios permanecem expressivos. No questionário, apenas 38,8% dos respondentes afirmaram possuir ou pretender aderir a planos de previdência privada, enquanto 61,2% disseram não ter interesse. Embora o percentual seja superior ao da média brasileira, ainda é considerado baixo diante da necessidade de preparação para a aposentadoria.

A Fenaprevi (2024) aponta que os aportes em previdência privada cresceram 17,6% até setembro de 2024, atingindo R\$ 2,59 trilhões em patrimônio total, o equivalente a 25% do PIB brasileiro. Esse aumento reflete o avanço gradual da conscientização sobre o tema, mas ainda é insuficiente frente ao desafio demográfico que o país enfrenta. A pirâmide etária brasileira está se invertendo rapidamente: segundo o IBGE (2024), a proporção de idosos acima de 65 anos deve dobrar até 2040, enquanto a população jovem diminui.

Esse cenário impõe pressão crescente sobre o sistema de previdência pública, que já apresenta déficits recorrentes e alta dependência de repasses do Tesouro Nacional. O chamado rombo previdenciário, estimado em centenas de bilhões de reais anuais, tende a aumentar conforme a base de contribuintes encolhe e o número de beneficiários cresce. Nesse contexto, a previdência privada surge como alternativa essencial para aliviar os cofres públicos e garantir sustentabilidade de longo prazo.

Além de reduzir o impacto fiscal, o fortalecimento da previdência privada gera benefícios macroeconômicos diretos: amplia a poupança nacional, forma reservas de investimento em títulos públicos e privados e estimula o financiamento de projetos de infraestrutura. Países que possuem sistemas de previdência complementar consolidados, como Chile (mesmo na América do Sul), Canadá e Austrália, apresentam mercados de capitais mais desenvolvidos e menor

vulnerabilidade fiscal, o que demonstra o potencial desse instrumento para o Brasil.

Dessa forma, a triangulação dos dados evidencia um panorama duplo. De um lado, há sinais de amadurecimento financeiro entre os respondentes, que demonstram capacidade de poupança, busca por melhores retornos e preocupação com o futuro. De outro, o país ainda enfrenta desigualdade no acesso à educação financeira e baixa adesão à previdência complementar, fatores que limitam o desenvolvimento econômico e aumentam a fragilidade social no longo prazo.

4.2.4. Endividamento e comportamento de risco

Os resultados do questionário revelam um panorama consideravelmente mais positivo do que a realidade brasileira no que diz respeito ao controle de dívidas. Entre os participantes, 72,8% declararam não possuir endividamentos, 22,5% afirmaram ter dívidas controladas e apenas 3,7% consideram suas dívidas difíceis de administrar. Esse dado indica um grupo com boa organização financeira, reforçado por um perfil de renda e escolaridade mais elevados.

Entretanto, ao comparar esses números com o cenário nacional, observa-se um contraste marcante. Segundo o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil (Serasa, 2025), mais de 79 milhões de brasileiros estavam inadimplentes em agosto de 2025, o maior número já registrado. Isso corresponde a quase 40% da população adulta, com valor médio de dívida por pessoa de R\$ 6.267,69. As principais causas permanecem o uso excessivo do crédito rotativo e parcelamentos, especialmente de cartão de crédito e empréstimos pessoais.

A discrepância entre os dados da amostra e os da população em geral evidencia a influência direta da educação financeira sobre o comportamento de endividamento. Enquanto indivíduos mais escolarizados e informados tendem a evitar dívidas problemáticas, boa parte dos brasileiros ainda toma decisões financeiras sem planejamento, muitas vezes impulsionadas por urgência, desinformação ou crença equivocada de que crédito é sinônimo de renda. Esse comportamento reforça o ciclo de vulnerabilidade econômica e reduz a capacidade de investimento das famílias.

Todavia, é importante ressaltar que, aliado à educação financeira, o grau de escolaridade também é fator relevante para reduzir a desigualdade social,

elevar a renda média e diminuir a necessidade de endividamento das famílias mais vulneráveis.

Outro aspecto relevante observado na pesquisa é o comportamento de risco associado às apostas e jogos de ganho rápido. Entre os respondentes, 22,2% admitiram já ter utilizado parte das reservas ou investimentos para apostar, enquanto 77,8% negaram esse hábito. Esse dado, embora menor que a média nacional, é expressivo e indica uma mudança cultural preocupante.

De acordo com o GIFE (2024), o Brasil enfrenta uma verdadeira “epidemia das bets”, com o avanço das casas de apostas online sobre o cotidiano da população. A ausência de educação financeira sólida e a busca por ganhos rápidos criam um ambiente para o aumento do endividamento entre jovens e trabalhadores de baixa renda. A H2 Gambling Capital (2025) estima que o mercado de apostas esportivas na América Latina movimente mais de US\$ 12 bilhões anuais, sendo o Brasil responsável por mais de metade desse montante. Embora a regulamentação do setor represente avanço, os riscos associados ao jogo compulsivo e à perda de patrimônio exigem atenção social e educacional urgente.

Assim, a triangulação dos dados mostra que nem mesmo o grupo pesquisado, mais escolarizado e financeiramente consciente, está totalmente imune a práticas de risco, já que mais de um quinto dos participantes admitiu ter utilizado parte das reservas para apostas. Esse dado é preocupante e provavelmente reflete o crescimento acelerado das plataformas de “bets” no país, que têm transformado o jogo em um hábito social normalizado, especialmente entre jovens.

Diante disso, o desafio passa a ser duplo: promover educação financeira crítica, que ajude o cidadão a reconhecer comportamentos de risco e a evitar decisões impulsivas, e fortalecer mecanismos de regulação e conscientização pública para conter o avanço das apostas descontroladas. Somente com informação, prevenção e responsabilidade coletiva será possível reduzir o endividamento, conter práticas especulativas e consolidar uma cultura financeira mais equilibrada e sustentável no Brasil.

5 Conclusões e recomendações para novos estudos

Este trabalho teve como propósito investigar a importância da educação financeira para o comportamento econômico da população brasileira, analisando como o conhecimento sobre finanças pessoais pode influenciar hábitos de consumo, investimento e endividamento. A pesquisa demonstrou que a educação financeira vai muito além da simples gestão de recursos: trata-se de um instrumento de formação cidadã, que fortalece a autonomia individual e contribui para o desenvolvimento econômico e social do país.

Ao longo da investigação, observou-se que o nível de alfabetização financeira no Brasil ainda é baixo, o que limita a capacidade da população de planejar o futuro e lidar com imprevistos. A falta de acesso a conteúdos sobre finanças pessoais desde a educação básica, somada à influência de fatores culturais e midiáticos, perpetua decisões de consumo impulsivas e a busca por ganhos rápidos, como ocorre com a crescente popularidade das apostas esportivas. Por outro lado, verificou-se que indivíduos com maior nível de instrução e acesso à informação tendem a apresentar comportamentos mais equilibrados e conscientes, reforçando a relevância da educação financeira como mecanismo de inclusão e estabilidade.

A partir da triangulação entre os dados primários e secundários, o estudo permitiu compreender que educar financeiramente é uma forma de prevenir o endividamento e promover prosperidade coletiva. O fortalecimento de políticas públicas, a ampliação da presença do tema nos currículos escolares e o estímulo a práticas de poupança e investimento, mesmo que em pequena escala, são medidas essenciais para consolidar uma cultura de planejamento financeiro no Brasil.

Conclui-se, portanto, que a educação financeira deve ser tratada como prioridade nacional, não apenas por seus efeitos sobre o orçamento familiar, mas por seu potencial de impactar o desenvolvimento sustentável e reduzir desigualdades. Uma sociedade financeiramente educada é também mais estável, consciente e preparada para tomar decisões que gerem valor econômico e social.

5.1. Sugestões e recomendações para novos estudos

Como desdobramentos futuros, esta linha de pesquisa pode ser aprofundada em diferentes direções. **Em primeiro lugar**, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre diferentes regiões do Brasil, a fim de identificar variações culturais, sociais e educacionais que influenciam o nível de alfabetização financeira. Tal abordagem permitiria compreender com mais precisão como fatores regionais e de renda impactam a forma como os brasileiros planejam e utilizam seus recursos.

Em segundo lugar, seria relevante investigar aspectos comportamentais e psicológicos relacionados às decisões financeiras, como impulsividade, percepção de risco e influência das redes sociais sobre o consumo e o investimento. Essa vertente pode contribuir para o desenvolvimento de programas de educação financeira mais personalizados e eficazes, voltados à mudança de atitudes e não apenas à transmissão de conteúdo técnico.

Por fim, sugere-se explorar o papel das tecnologias digitais e das plataformas de investimento na difusão do conhecimento financeiro, especialmente entre jovens e trabalhadores informais. Estudos sobre o impacto de aplicativos, redes sociais e influenciadores digitais na formação da consciência financeira podem oferecer novos caminhos para políticas públicas e estratégias de ensino mais conectadas à realidade contemporânea.

6 Referências Bibliográficas

ANBIMA. Educação financeira: um retrato das iniciativas no Brasil. São Paulo: ANBIMA, 2024. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio_ANBIMA_mapa_iniciativas_educacao_financeira.pdf

ANBIMA. *Raio X do Investidor Brasileiro – 8ª edição*. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-brasileiro.htm

BANCO CENTRAL DO BRASIL; FEBRABAN. *Índice de Saúde Financeira do Brasileiro – Relatório 2024*. Brasília: Banco Central do Brasil; São Paulo: Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), 2024. Disponível em: <https://indice.febraban.org.br/>

BRAZIL ECONOMY. **Apostas em alta: “bets” já movimentam R\$ 100 bilhões no Brasil, quase 1% do PIB**. São Paulo, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://brazileconomy.com.br/2025/03/apostas-em-alta-bets-ja-movimentam-r-100-bilhoes-no-brasil-quase-1-do-pib/>

CARDOSO, Andréia Paula. *Apenas 16% dos brasileiros tiveram educação financeira na escola ou faculdade, mostra levantamento*. Funpresp-Jud, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://www.funprespjud.com.br/apenas-16-dos-brasileiros-tiveram-educacao-financeira-na-escola-ou-faculdade-mostra-levantamento/>

CNC. *Relatório PEIC – Julho de 2025*. CNC, 2025. Disponível em: <https://static.cdn.pnlo.news/2025/08/Relatorio-Peic-jul25.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

CNC. Endividamento das famílias brasileiras atinge 79,5% em outubro de 2025, aponta pesquisa. *IstoÉ Dinheiro*, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/endividamento-familias-brasil-inadimplencia>

CNN BRASIL. **Mais de 57 milhões de brasileiros estão endividados e nem sabem, diz pesquisa da Serasa.** São Paulo, 16 out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/mais-de-57-milhoes-de-brasileiros-estao-endividados-e-nem-sabem-diz-pesquisa-da-serasa/>

FEBRABAN. Pesquisa FEBRABAN de Educação Financeira 2025 mostra que 55% dos brasileiros dizem entender pouco ou nada sobre finanças. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/4324>

FENAPREVI. Aportes em previdência privada aberta crescem 17,6% até setembro de 2024. Disponível em: <https://fenaprevi.org.br/noticias/aportes-em-previdencia-privada-crescem-17-6>

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIFE. *O papel da educação financeira em tempos de epidemia das bts*. São Paulo: GIFE, 2024. Disponível em: <https://gife.org.br/o-papel-da-educacao-financeira-em-tempos-de-epidemia-das-bts/>

GOVERNO DO BRASIL. *Patrimônio da previdência complementar atinge R\$ 2,59 trilhões – equivalente a 25% do PIB*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias/2023/setembro/patrimonio-da-previdencia-complementar-atinge-r-2-59-trilhoes-2013-25-do-pib-do-brasil>

G1. **Mais de um terço dos trabalhadores do país recebe até um salário mínimo, diz IBGE.** Rio de Janeiro, 09 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2025/10/09/mais-de-um-terco-dos-trabalhadores-do-pais-recebe-ate-um-salario-minimo-diz-ibge.ghtml>

G1. *Até setembro, brasileiros sacaram mais dinheiro da poupança do que em todo o ano de 2024.* 8 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/10/08/ate-setembro-brasileiros-sacaram-mais-dinheiro-da-poupanca-do-que-em-todo-o-ano-de-2024.ghtml>

H2 GAMBLING CAPITAL. *Latin American Betting Outlook 2025*. Londres: H2GC, 2025.

INFOMONEY. *Brasil endividado: como o crédito fácil e o descontrole financeiro viraram problema nacional*. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/brasil-endividado/>

INFOMONEY. Mais ricos lideram saques da poupança e migram para CDB, LCI e LCA.

Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/mais-ricos-lideram-saques-da-poupanca-e-migram-para-cdb-lci-e-lca/>

INSTITUTO XP; NOVA ESCOLA. Interesse por educação financeira em escolas públicas aumentou? Veja pesquisa. *E-Investidor – Estadão*, São Paulo, 10 maio 2024. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/comportamento/educacao-financeira-aumentou-interesse-escolas-publicas/>

INVESTIDOR 10. **Bets atraíram mais brasileiros que a Bolsa no 1º semestre; compare.** São Paulo, 4 jul. 2025. Disponível em: <https://investidor10.com.br/noticias/bets-atrairam-mais-brasileiros-que-a-bolsa-no-1-semestre-compare-115012/>

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. *Prospect Theory: An Analysis of Decision Under Risk*. Econometrica, v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979. Disponível em: https://web.mit.edu/curhan/www/docs/Articles/15341_Readings/Behavioral_Decision_Theory/Kahneman_Tversky_1979_Prospect_theory.pdf

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. *The Importance of Financial Literacy: Opening a New Field*. Journal of Economic Perspectives, v. 37, n. 4, Fall 2023. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jepl.37.4.137>

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Financial consumer protection, education and inclusion.* Paris, 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/policy-issues/financial-consumer-protection-education-and-inclusion.html>

OECD/INFE. *OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy.* Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-infe-2023-international-survey-of-adult-financial-literacy_56003a32-en.html

SERASA. *Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil.* São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-divididas-no-brasil/>

S&P GLOBAL; GALLUP; WORLD BANK; GFLEC. *S&P Global FinLit Survey: Financial Literacy around the World.* Washington, D.C., 2015. Disponível em: <https://gflec.org/initiatives/sp-global-finlit-survey/>

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., 2013, Curitiba. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. p. 1-17.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Educação Financeira na Escola: A perspectiva da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Boletim GEPEM, Seropédica, v. 66, p. 3-19, jan./jun.,2015.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge: o empurrão para a escolha certa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

VALOR ECONÔMICO. Dívida alta, escalada dos juros e bilhões gastos em bets podem frear economia. São Paulo, 26 set. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/09/26/divida-alta-escalada-dos-juros-e-bilhoes-gastos-em-bets-podem-frear-economia.ghtml>

WORLD BANK. *Financial Inclusion Overview.* Washington, D.C., 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/financialinclusion/overview>

XP Investimentos. *Poupança tem novo mês de saques em abril de 2024.*
Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/renda-fixa/relatorios/poupanca-tem-novo-mes-de-saques-em-abril-de-2024/>

7 Apêndice – Questionário de pesquisa

O presente questionário teve como objetivo compreender o nível de educação financeira, os hábitos de consumo e investimento, bem como as percepções sobre o papel da educação financeira na sociedade brasileira.

As perguntas foram organizadas em quatro blocos temáticos:

- (i)** o perfil sociodemográfico dos respondentes;
- (ii)** o nível de conhecimento financeiro e de planejamento pessoal;
- (iii)** os hábitos de consumo e investimento; e
- iv)** a percepção sobre o papel da educação financeira no cotidiano e seu impacto na redução do endividamento.

(i) Perfil sociodemográfico dos respondentes

1. Qual a sua idade?

- Até 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

2. Qual o seu gênero?

- Masculino
- Feminino
- Outro

3. Qual a sua renda mensal?

- Até R\$ 2.000,00
- R\$ 2.000,01 a R\$ 5.000,00
- R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00
- R\$ 10.001,00 a R\$ 30.000,00
- Acima de R\$ 30.000,00

4. Qual a sua escolaridade?

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Superior Incompleto
- Superior Completo
- Pós-graduação

5. Durante o ensino (fundamental, médio e superior), você estudou predominantemente em instituições públicas ou privadas?

- Públicas
- Privadas

(ii) Nível de conhecimento financeiro e de planejamento pessoal**6. Você já recebeu algum tipo de orientação ou curso de educação financeira (na escola, faculdade, empresa ou internet)?**

- Sim
- Não

7. Você sabe o que é inflação e como ela afeta o seu poder de compra?

- Sim, comprehendo bem
- Parcialmente
- Não sei explicar o que é, e no que pode afetar

8. Você entende o que são juros compostos e como eles impactam dívidas e investimentos?

- Sim, comprehendo bem
- Parcialmente
- Não

9. Você utiliza algum aplicativo ou planilha digital para auxiliar no planejamento ou administração de suas finanças? Se sim, com que frequência?

- Sim, diariamente
- Sim, semanalmente
- Sim, mensalmente
- Não utilizo quaisquer meios de auxílio financeiro

10. Você destina parte da sua renda para o planejamento de longo prazo (ex.: aposentadoria, reserva de emergência, previdência)?

- Sim
- Não

11. Você possui ou pensa em aderir a uma previdência privada?

- Sim
- Não

(iii) Hábitos de consumo e investimento

12. Em média, qual percentual da sua renda mensal você destina para guardar (poupança ou investimento)?

- Nenhum
- Até 10%
- 10,01% a 20%
- Mais que 20%

13. Do valor que você guarda, quanto é efetivamente investido (ex.: aplicações financeiras)?

- Nenhum
- Menos da metade
- Metade
- A maior parte

14. Em quais produtos você mais aplica o dinheiro que guarda?

- Poupança
- CDI/CDB/LCA
- Tesouro Direto
- Fundos de Investimento
- Ações e outros (como criptomoedas)

15. Atualmente, você possui algum tipo de dívida?

- Não
- Sim, mas controlada
- Sim, difícil de lidar
- Não sei informar

16. Parte dos seus investimentos ou reservas já foi utilizada em apostas online ou jogos que prometem ganho rápido (ex.: bets, “Tigrinho”)?

- Sim
- Não

(iv) Percepção sobre o papel da educação financeira**17. Você acompanha notícias ou conteúdos sobre economia, finanças ou investimentos?**

- Sim
- Às vezes
- Nunca

18. Na sua opinião, países que investem mais em educação financeira tendem a apresentar melhores resultados econômicos e sociais?

- Sim
- Às vezes
- Não
- Acredito que não tenha correlação entre ambos

19. Na sua opinião, a educação financeira deveria ser ensinada formalmente nas escolas brasileiras?

- Sim
- Não
- Não sei opinar